



PLANO DE GOVERNO PRA SEGUIR EM FRENTE

MATO GROSSO PERÍODO 2019 - 2022

Este Plano de Governo surgiu da percepção da situação atual do Estado. Apresentamos aqui propostas coerentes e exequíveis para os próximos quatro anos e, ao mesmo tempo, olhamos mais longe, planejando em longo prazo o bem-estar do cidadão mato-grossense.

Nestas páginas contamos com a contribuição de diversos setores da sociedade que puderam se manifestar e acrescentar seus distintos entendimentos e necessidades. Ao longo da campanha que se inicia poderemos colher sugestões e enriquecer o planejamento estratégico para Mato Grosso.

Com este Plano de Governo pretendemos contribuir para a consolidação de nova etapa de desenvolvimento em Mato Grosso, conscientes das dificuldades encontradas na etapa anterior e, mais ainda, convictos do que pode ser feito para a melhoria das políticas públicas a serem entregues à sociedade mato-grossense, a qual oferecemos nossas sinceras intenções.



APRESENTAÇÃO

Este Plano de Governo apresenta propostas **PRA MATO GROSSO SEGUIR EM FRENTE**, traçando as linhas de desenvolvimento em todos os setores, visando, acima de tudo, o bem-estar do cidadão.

A nossa carta compromisso apresentada em 2014 dizia que o processo de debate com a sociedade nos proporcionaria o amadurecimento necessário para o aprofundamento dos compromissos firmados. Além de trabalho, estes quatro anos de Governo foram de muito aprendizado, amadurecimento e eficiência de gestão, pois administramos em meio a escassez de recursos financeiros e, diante disso, tivemos que reexaminar compromissos. Muitos deles foram cumpridos e entregues à população, alguns foram reavaliados e outros foram criados durante o mandato, diante da percepção da realidade.

Não constava em nosso Plano de Governo inicial, por exemplo, a realização da Caravana da Transformação. Criada em 2016, foram realizadas 14 edições da Caravana, contemplando todas as regiões do Estado. Os números são expressivos: 66.409 cirurgias oftalmológicas e 349.124 atendimentos de cidadania.

Também criamos o programa Pró-família de distribuição de renda, programas Terra a Limpo e Endereço Certo para regularização fundiária, mutirão para a realização de cirurgias, ampliamos as escolas militares e as escolas em tempo integral para o ensino médio. Essas e outras medidas estarão explanadas ao longo dos eixos desse plano.

Admitimos que não foi possível realizar tudo o que estava previsto. Também nunca foi nossa pretensão resolver todos os problemas existentes em apenas quatro anos. Mas é de conhecimento da sociedade mato-grossense que herdamos uma gestão com um cenário corrupção, dívidas e caos fiscal. Somado a isso, os anos de 2015 e 2016 foram marcados pela pior crise econômica da história recente do país. O impeachment presidencial aprofundou a recessão, já que a instabilidade política também abalou o mercado.

Com este cenário posto, tivemos que fazer escolhas e optamos por priorizar as políticas públicas sociais e de desenvolvimento. Ou seja, cuidando de quem mais precisa e, ao mesmo tempo, criando oportunidades de crescimento para o Estado.

Este Plano de Governo traz os Cinco Eixos de desenvolvimento que identificamos no Plano de 2015-2018, já que continuamos entendendo a importância do que foi proposto à sociedade naquela ocasião.

Se tivemos avanços nas políticas prioritárias que identificamos junto à população, esses avanços se fizeram à custa de desafios e restrições. Finalmente, quando economia estava melhorando, a greve no setor de transportes em maio- junho deste ano deixou suas marcas, pois comprometeu receitas e determinou resultados inferiores aos esperados na previsão do PIB estadual.

Contudo, não nos deteremos nessas dificuldades e nossas indagações à sociedade são as mesmas, no sentido de atender aos seus mais profundos anseios, dando continuidade às iniciativas que começamos nos diferentes setores desde 2015: "o que é preciso para viver melhor?"

Essas respostas são reunidas em cinco Eixos:



Viver bem - reúne as políticas que buscam atender ao cidadão de forma individual e cuidam da sua saúde, da segurança, da cultura, do trabalho e da proteção aos menos favorecidos.

Educar para Transformar e Emancipar – trata das políticas de educação, ciência e tecnologia em separado, com o entendimento que uma educação de qualidade transforma, ao mesmo tempo em que emancipa. Dessa forma, abre as portas para o futuro viabilizando cenários inicialmente considerados inatingíveis.

Cidades para Viver Bem: Municípios Sustentáveis - existem as políticas que se dirigem à coletividade e criam as melhores condições para se viver nas cidades ou no campo, quais sejam: habitação, regularização fundiária e urbanística, mobilidade e acessibilidade urbana, além da proteção ao meio ambiente. Se fizermos abordagem mais ampla estas se reportarão ao desenvolvimento regional e metropolitano.

Estado Parceiro e Empreendedor - para que as políticas citadas anteriormente possam ser realizadas em um cenário favorável é preciso a atuação de um "Estado" que cumpra seu papel criando as condições mais adequadas para que as diversas atividades aconteçam, e nos referimos não apenas as ações de infraestrutura e logística, mas às ações de incentivo e regulação das atividades econômicas, como as políticas gerais de tributação e fomento econômico. Igualmente este eixo abrange as políticas para agricultura e pecuária, indústria, mineração, comércio e o turismo, entre outras.

Gestão Eficiente, Transparente e Integrada – este eixo complementa o anterior, já que um estado organizado, para desenvolver as ações necessárias precisa contar com adequadas políticas de gestão aqui contempladas. Então constam desse eixo as iniciativas nos campos fiscal administrativo, no planejamento de forma geral, na busca de atender aos objetivos elencados nos Eixos anteriores, que exigirão valores como competência, transparência e eficiência.

A análise de cada política, entretanto, viabiliza outra percepção, de que a sua inserção em determinado Eixo estruturante serve apenas para entender como pensamos a engrenagem que será necessária para promover as condições de VIVER BEM em nosso Estado. Cada política não deve ser tratada em separado, pois impacta nas demais de forma significativa e, se investimos em melhorias urbanas aumentamos a segurança, assim como a aplicação de recursos em saneamento resulta em melhoria nos índices de saúde.

Nesse sentido, promover a interação das políticas será promover a interação entre os distintos órgãos, superando barreiras de atuação individual e buscando na integração das políticas setoriais estabelecer projetos estruturantes que contribuirão não apenas com o atendimento das necessidades da população, mas o estabelecimento da visão de Longo Prazo com a garantia de atingir outros patamares como a industrialização, indispensável ao Estado. E interagir com a sociedade por meio dos diferentes segmentos sociais, iniciativas que já concretizamos em várias políticas, continuará a ser o caminho mais adequado que permita identificar e corrigir os rumos.

Muito já foi feito e as obras e ações devem ter continuidade. Finalmente, o que motiva um Plano de Governo PARA SEGUIR EM FRENTE são as constatações que apresentaremos no quadro geral das políticas realizadas, na busca de mostrar à sociedade mato-grossense o que foi feito e explicitar nossa sincera intenção de garantir que as ações se ampliem e, de fato NENHUM MATOGROSSENSE FIQUE PARA TRÁS.

Pedro Taques



SUMÁRIO

Introdução	2
Apresentação	3
Eixo 01 -Viver Bem	7
Contexturalização da Política de Saúde	7
Desenvolvimento social e humano / Inclusão Social	9
Política de Segurança	12
Política de Justiça e Direitos Humanos	16
Política de Cultura	20
Eixo 02 - Educar para Transformar e emancipar o Cidadão	23
Educação	23
Ciência e Tecnologia	27
Eixo 03 - Municípios Sustentáveis. Cidades para viver bem	30
Politica de desenvolvimento regional	30
Política de Regularização Fundiária	32
Política de Desenvolvimento Metropolitano	33
Política Urbana	34
Política de Defesa Civil	34
Política de saneamento e Meio Ambiente	35



SUMÁRIO

Eixo 04 - Estado Parceiro e Empreendedor	38	
Política Tributária	38	
Logística	40	
Fomento ao Setor Produtivo e Políticas setoriais	45	
Turismo	51	
Agricultura e defesa sanitária animal e vegetal	51	
Empreendedorismo e Ambiente de Negócios	53	
Indústria, Minas e Energia	54	
Turismo	55	
Eixo 05 - Gestão Eficiente, Transparente e integrada	56	
Gestão Administrativa	61	
Considerações Finais	72	



EIXO 1 VIVER BEM

CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE

O panorama da saúde no estado de Mato Grosso antes de 2015 era de inexistência de planejamento regional, não priorização na estruturação das redes de urgência e emergência, doenças crônicas, materno infantil, saúde mental, redução de investimentos e não priorização de cooperação técnica com os municípios. Terceirização de todos os hospitais regionais próprios (Cáceres, Rondonópolis, Metropolitano e Sinop) sem estudo de viabilidade técnica, econômica e gerencial. Estadualização com terceirização de hospitais municipais também sem a realização destes estudos. O desmantelamento das principais funções gestoras da SES: controle, avaliação, auditoria, planejamento, aquisições, finanças, informação, vigilância sanitária, trabalho e educação. Sucateamento das unidades assistenciais e gerenciais da SES. Terceirização da gestão da assistência farmacêutica na SES, inclusive do sistema de informação e desabastecimento de medicamentos no estado.

COMPROMISSOS ATENDIDOS

A gestão estadual do Sistema Único de Saúde consolidou suas ações atendendo aos seguintes COMPROMISSOS assumidos no Plano de Governo 2015-2018:

- Resgatar a função do Estado na gestão de ações e serviços de saúde à população;
- Efetivar a regionalização e descentralização das ações e serviços de saúde;
- Melhorar o funcionamento dos hospitais sob gestão da SES e minimizar os vazios assistenciais identificados nas regiões de saúde para serviços especializados, por meio da ampliação de hospitais e da construção de novos, além de outras unidades de saúde (UPA, CAPS, CEO e Centros de Reabilitação);
- Fomentar a participação da sociedade no processo de tomada de decisão;
- Efetivar a regulação, avaliação, auditoria e controle social do SUS;
- Ampliar ações e serviços da atenção primária/básica e de vigilância em saúde em



parceria com os municípios.

Como iniciativas prioritárias e indispensáveis à organização do sistema buscou-se o fortalecimento e modernização da SES: reorganização da estrutura organizacional, com a criação da área de gestão hospitalar e divisão entre as áreas administrativa e financeira e criação do Colegiado de Gestão Estratégica do Gabinete.

Reestruturação da área administrativa e dos processos de aquisições. Priorização dos processos de controle e avaliação dos sistemas e serviços de saúde. Implantação dos SISREG do acesso em todos os municípios. Retomada da gestão da assistência farmacêutica e a implantação do sistema informatizado público (Horus).

Apoio financeiro a 15 Consórcios de Saúde nos serviços de média complexidade. Estabeleceu e fortaleceu a parceria em quatro regiões com apoio financeiro aos hospitais gerenciados pelo CIS (Água Boa, Peixoto de Azevedo, Barra do Bugres, São Félix do Araguaia), fortalecendo a relação de cooperação com os municípios na efetivação do SUS.

Cooperação técnica com os municípios em 16 regiões de saúde por meio dos Escritórios Regionais de Saúde para efetivar as ações de vigilância, sistemas de informações, controle e avaliação, gestão bipartite, regulação, auditoria, etc. Desenvolveu o sistema Indica SUS e de vigilância sanitária para apoiar municípios e regiões de saúde na gestão da informação.

Promoveu a descentralização de serviços de saúde aos municípios. Ampliou em 205 o número de leitos de UTI e cuidados intermediários no estado. Ampliação da cobertura da atenção primaria de 72%, em 2014 para 76%, em 2017. Aumentou para 14% o percentual de recursos aplicados em ações e serviços de saúde.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

Considerando o contexto descrito e a perspectiva de nova gestão, propomos:

Fortalecimento da regionalização da saúde no estado de Mato Grosso com a formulação de Planos Regionais e de investimentos; planos de fortalecimento e organização da rede de atenção à saúde: hanseníase, saúde mental, urgência e emergência, doenças crônicas como hipertensão, câncer e diabetes, reabilitação e



hemorrede, etc. e regionalização da vigilância em saúde.

Cooperação técnica e financeira com os municípios com a revitalização de hospitais regionais; implementação da política de assistência farmacêutica; ampliação dos sistemas de apoio diagnóstico e terapêutico em parceria com os

consórcios; readequação do sistema de transporte sanitário; qualificação do sistema de governança regional da atenção à saúde nos espaços de decisão colegiada; apoio na melhoria do desempenho de indicadores de saúde; apoio à implantação do sistema de regulação do acesso (SISREG); e apoio a qualificação de hospitais de pequeno porte e hospitais municipais de referência regional e estadual.

Fortalecer a gestão da SES no estado de Mato Grosso com a valorização do servidor; restabelecer a autonomia administrativa e financeira do Fundo Estadual de Saúde; fortalecimento do papel da Escola de Saúde na implementação da política estadual de educação permanente nas regiões de saúde; estruturação física, organizacional e tecnológica das unidades da SES; realizar parcerias com organismos internacionais.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO / INCLUSÃO SOCIAL

Contexto da política em 2015:

Exclusão social e precária proteção as pessoas em vulnerabilidade

A busca pela superação das desigualdades entre ricos e pobres é o principal desafio de todo gestor público no Brasil. Ignorando as intrínsecas relações entre as políticas econômicas e as sociais, a política que estava sendo desenvolvida em Mato Grosso contribuiu com a manutenção de bolsões de pobreza com projetos assistencialistas sem o cuidado para a inclusão dos mais vulneráveis.

COMPROMISSOS ATENDIDOS

1. Capacitar mão de obra e facilitar o acesso ao mercado de trabalho de indivíduos e grupos em situação de risco ou vulnerabilidade social:

Capacitação no Programa ID Jovem nos CRAS de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis; capacitação no Dia D do Trabalhador; capacitação/ qualificação no EMPREGA REDE; qualificação com parcerias (Inclusão Digital, Pronatec, Pré-emprego); inserção de mais de 55 (cinquenta e cinco) mil pessoas ao mercado de



trabalho por meio do SINE.

2. Desenvolver programas e ações que busquem a revitalização de espaços destinados à assistência e à inclusão social:

Reforma e padronização do Espaço Ganha Tempo Ipiranga na modelagem Parceria Público Privada; e revitalização dos espaços de atuação de gestores/as municipais dos programas Bolsa Família e Cadastro Único nos 141 municípios;

Aquisição de 228 Kits com Computadores, Impressoras e Filtro de Linhas para os Cras e Creas do 141 Municípios. Aquisição de 147 Veículos para os conselhos tutelares dos 141 Municípios.

3. Prestar serviços públicos de qualidade necessários à cidadania:

Implantação de mais 7 unidades do Ganha Tempo na modalidade Parceria Público Privada nos municípios de Cuiabá (Ipiranga e Morada da Serra), Rondonópolis, Várzea Grande, Sinop, Barra do Garças, Cáceres e Lucas do Rio Verde.

Realização de ações integradas em mais de 80 (oitenta) municípios, levando cidadania com documentação de registro de identidade, carteira de trabalho, 2a via de certidão de nascimento e CPF em comunidades ribeirinhas, igrejas, agrovilas, assentamentos, quilombos etc;

Crescimento em mais de 20% no atendimento do restaurante prato Popular, sendo mais de 110 mil atendimentos/ano, com preço acessível e cardápio elaborado com acompanhamento nutricional;

4. Fortalecer políticas públicas em direitos humanos e implementar ações afirmativas que contemplem temas de suma relevância: gênero, infância e juventude, velhice, deficiência, questão étnica e racial:

Encontros Estaduais da Pessoa Idosa; Campanha Estadual de Luta da Pessoa com Deficiência (Acesso Universal para todos);

Audiências Públicas para a inclusão de pessoas em situação de rua; Audiências Públicas em vários municípios com o tema "Exploração do Trabalho Infantil e o modelo de Transição Escola e Trabalho"; Criação do Conselho Estadual da Juventude para fomentar políticas públicas para a juventude que garantam a integração do jovem no processo de construção social, econômico, político e cultural; Convênio junto a SDH para regularizar o registro civil e documentação básica dos povos indígenas Chiquitanos (foram atendidas mais de 3.500 pessoas, principalmente nos municípios de Vila Bela, Porto Esperidião, Conquista D'Oeste e Rondolândia);



Dia D da Mulher: evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher, com atendimento relacionado à saúde (mamografia), justiça (Sejudh e Justiça Comunitária), segunda via de documentação civil, atendimentos do Sine, atividades culturais, entre outras.

5. Promover ações de reconhecimento e empoderamento de mulheres chefes de família, líderes comunitárias, entre outras com atuação política:

PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA: Criado pela lei 16.657 de 27/12/2017, visa promover acesso à renda, aos serviços sociais básicos e ações de desenvolvimento das capacidades das famílias para a superação da condição de vulnerabilidade. O público alvo do programa são pessoas em situação de pobreza na Rede de Proteção, Vigilância e de Direitos (RPVD);

Temos mais de 25.000 beneficiários recebendo o cartão Pró-família em 139 municípios, alcançando uma faixa de mais de 100.000 pessoas atendidas direta e indiretamente. O Programa significou incremento na Economia local em mais de 2.300.000 (Milhões), com 770 estabelecimentos comerciais credenciados, gerando empregos e oportunidades;

Firmamos parcerias com mais de 20 Instituições e Organizações Sociais e Públicas em todo Estado. Promoveu-se investimento no aprimoramento da Rede SUAS em todos os Municípios com uma Pós-Graduação Lato Sensu "Direitos Humanos e Cidadania no contexto das Políticas Públicas e das Vulnerabilidas para os profissionais do Pró-Família". Obtida Certificação Internacional com o Programa das

Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), inserindo o Estado de Matogrosso nas Estratégias Globais de Combate a Extrema Pobreza.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

Tendo dado início às ações que consideramos basilares, projetamos para uma próxima gestão implementar mais projetos que venham a desenvolver as políticas de Desenvolvimento Social e Humanas:

- Manutenção e ampliação do Programa PRÓ-FAMÍLIA, com a inclusão de novas famílias de modo a promover a inclusão produtiva;
- Combate à extrema pobreza e pobreza; geração de renda; cidadania e Inclusão social;
- Implantação de mais unidades do Ganha Tempo com a modelagem PPP;
- Descentralização das Unidades de Assistência Social em 08 Pólos.
- Reduzir os índices de extrema pobreza no estado de Mato Grosso nos próximos 4 anos;



 Criar o Programa Estadual de Qualificação Profissional - PEQP, que buscará as demandas municipais por meio do diagnóstico realizado pelas Secretarias Municipais de Trabalho e Emprego e fomentar parceria com instituições públicas e privadas para a realização de cursos e oficinas para qualificar e preparar, prioritariamente, as famílias cadastradas no PRÓ-FAMÍLIA e no Programa Bolsa Família de modo a aumentar as chances de reinserção no mercado de trabalho;

POLÍTICA DE SEGURANÇA

CONTEXTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA EM 2015

O quadro das diferentes instituições que compõem a Segurança no Estado era de precariedade: déficit na parte estrutural e de pessoal, com deficiência de atendimento em diversas localidades; frotas deficitárias, com veículos em situação de sucateamento e atuando sem equipamentos necessários, resultando em serviços de baixa qualidade ofertados à população; e desvalorização das instituições e seus profissionais.

COMPROMISSOS ATENDIDOS:

- Modernizar a estrutura administrativa policial e judiciária e estimular a atuação conjunta das polícias civil e militar;
- Ampliar e reestruturar órgãos e delegacias no estado;
- Ativar a delegacia de fronteira;
- Criar programa de governo prioritário para redução da criminalidade, englobando ações governamentais integradas por todos os órgãos de segurança pública e demais Secretarias de Estado que possam colaborar com ações de caráter preventivo;
- Fortalecer as ações de combate ao tráfico de drogas e as ações sociais de prevenção à criminalidade;
- Promover ações específicas voltadas para a redução de acidentes de trânsito em parcerias com outras secretarias e órgãos municipais;
- Formalizar e padronizar as parcerias e as relações entre as instituições;
- Reconhecer, valorizar e capacitar continuamente o servidor da área de segurança pública;
- Desenvolver programas e projetos direcionados à prevenção do crime e educação contra a violência e problemas ambientais (por exemplo, incêndios).
- Investir em atividades de inteligência estratégica.



Os Compromissos acima atendidos resultaram nos Indicadores de Referência:

- a) Redução acentuada nos índices de homicídios (período de 2014 2018)
- b) Contenção dos índices de roubos às instituições financeiras (2014 a 2018)
- c) Redução dos índices de roubos e latrocínios. (2014 a 2018)
- d) Aumento significativo das apreensões de drogas e armas de fogo no estado. (2014 a 2018)
- e) Enfrentamento qualificado às organizações criminosas
- f) Combate a corrupção e recuperação de ativos
- g) Aumento do número de prisões.
- h) Aumento das operações integradas entre as forças de segurança operação bairro seguro.
- i) Aumento das operações nas divisas do estado através do pacto integrador.
- j) Expansão dos programas de prevenção na região metropolitana e no interior do estado (proerd. Rede cidadã, bombeiro do futuro, luz do amanhã, de cara limpa contra as drogas e bairro integrado)

Os Compromissos atendidos nos diferentes órgãos:

SESP e Unidades Integradas – investimentos em Tecnologia da informação e serviços on line, Sistema de estatística e análise criminal e Sistema de monitoramento de homicídios e roubos; Sistema integrado de operações de segurança pública.

GEFRON –reforma de Posto do Matão, aquisição de armas e fardamento; curso de capacitação para operadores de fronteira, aumento do efetivo de 80 policiais para 150; renovação da frota de veículos; composição da célula integrada de inteligência na Defron (Cáceres) e integração com as forças de segurança estadual e federal.

CIOPAER – inaugurou base em Sorriso, novo hangar em Várzea Grande, operacionalização do avião bimotor Seneca (contrato de seguro, revitalização da aeronave), realizou curso de formação e capacitação de novos pilotos de helicóptero e pilotos de avião.

Inteligência - elaboração do plano estadual de inteligência, investimentos em softwares, capacitação continuada e expansão da atividade de inteligência no interior. Criação das unidades de inteligência no Detran e na Politec. Assinatura do Termo de Cooperação para compartilhamento de dados com a Polícia Federal e os estados de GO, RO e MS e criação dos núcleos de estatística e análise criminal nas RISP's.

DETRAN – programa de melhoria da infraestrutura do órgão, entrega de 33 Unidades inauguradas ou revitalizadas à população; será expandido o número de postos de atendimento à população na região

P45

Pra sequir frente

metropolitana de 06 para 09 até o final de 2018; investimento de mais de R\$ 6mi em mobiliário e equipamentos eletrônicos, aumento do quadro de pessoal e capacitação, em 2015 foi realizado concurso público para provimento de cargos do quadro permanente, para o qual já foram nomeados 179 servidores. Serviços modernizados foram oferecidos como o Aplicativo MT Cidadão, com 18 (dezoito) serviços na modalidade online.

Corpo de Bombeiros Militar – recebeu acréscimo de efetivo, com nomeação de 405 militares entre os anos de 2015 e 2016 elevando significativamente o número de ocorrências atendidas, bem como expandindo sua área de atuação para mais quatro municípios, sendo eles Juína, Confresa, Alto Araguaia e Guarantã do Norte.

POLITEC – aumento no orçamento propiciou exames há tempos paralisados, além da melhoria de várias das estruturas prediais. Estruturação dos Ganha Tempo, que viabilizou serviços de atendimento ao cidadão; diminuição do prazo de confecção da carteira de identidade; aquisição de 5 (cinco) viaturas de recolhimento de cadáveres; reforma de 03 Unidades; realização do concurso para papiloscopistas e técnico de necropsia; 08 veículos para o trabalho pericial;

POLÍCIA MILITAR- foram convocados aproximadamente 1320 (um mil trezentos e vinte) alunos a Soldado remanescentes do concurso (2013/2014); promovidas progressões nas carreiras. Na área de inteligência da Polícia Militar, adquiriu insumos tecnológicos para operação em ações de inteligência. Foram desenvolvidos programas preventivos, tais como Proerd (aulas de judô promovidas pelo Bope a aluno carentes e aulas de jiu-jitsu promovidas pela Rotam também a alunos carentes).

POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL – recebeu incremento de pessoal em decorrência dos ingressos de escrivães e investigadores ocorridos entre 2015 e 2016, alcançando o montante de 3252 servidores em 2016. Houve acréscimo de novas viaturas locadas, bem como renovação de determinados contratos, modernizando a frota, que alcançou 390 veículos locados, além dos próprios e acautelados, utilizados especialmente nas funções administrativas e de inteligência, que somam mais 265 unidades. Diante dos investimentos acima, a execução orçamentária geral da unidade saltou para cerca de R\$622mi, quase 70% acima do executado em 2014:

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022



- Criação do Conselho Estadual de Segurança Pública e Criação do Observatório da Segurança Pública.
- Implantação dos Centros Integrados de Comando e Controle (CICC´s) nas Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP´s).
- Implantação do Projeto Segurança Inteligente, que compreende Instalação dos Gabinete de Gestão Integrada (GGI's) regionais (em cada RISP); Implantação da radiocomunicação digital; videomonitoramento com câmeras OCR's e uso de drones.
- Sistema integrado de operações de segurança pública (atendimento e despacho de ocorrências)
- Ampliação do Programa Bairro Seguro.
- Ampliação das operações integradas de combate ao crime nas divisas do estado.
- Expansão da Operação Lei Seca no Estado.
- Expansão da rede de proteção às mulheres.

DETRAN

- Oferecer novos serviços ao cidadão na modalidade Online e consolidação dos projetos dos serviços online;
- Implantar a Biometria no processo de formação teórica, Prova Teórica Eletrônica, Telemetria no processo de formação e avaliação prática de condutores; e Biometria para a segurança nos processos de identificação dos condutores e proprietários de veículos automotores.
- Estruturação de Programa com foco na redução dos acidentes de trânsito com vítima, como mecanismo de combate à violência no trânsito.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

- Aquisição de materiais, equipamentos e viaturas para atendimento de resgate e salvamento.
- Inclusão de Efetivo para suprir demandas identificadas de soldados, bombeiros oficiais e bombeiros temporários
- Programa de Interiorização implantar no período 2019-2022 novos Núcleos de Bombeiros
- Implantar o Sistema de Resgate de forma integrada em todo o Estado.

POLITEC

- Implantação de uma Escola Militar D. Pedro II, no Município de Cuiabá ou Várzea Grande.
- Ampliação da atuação da Politec por meio da implantação de novas unidades;
- Atualização tecnológica da Perícia Criminal com aquisição de novos equipamentos e tecnologia
- Estruturação da Identificação Civil nas novas unidades de Ganha Tempo (Barra do Garças, Cáceres



- e Lucas do Rio Verde);
- Modernização do modelo de Carteira de Identidade com a opção de cartão magnético;
- Implantação de Núcleos de medicina Legal em regiões estratégicas não atendidas com unidades gerenciais da POLITEC.

POLÍCIA MILITAR

- Estruturação do ambiente de trabalho administrativo e operacional;
- Promover atendimento de saúde voltado ao policial militar vitimado em serviço no atendimento de urgência e emergência;
- Integração do Sistema de Inteligência da Polícia Militar (SIPOM) por meio de sistema de análise de inteligência com banco de dados comum.
- Estruturação do Sistema de Inteligência da Polícia Militar com equipamentos de operações e análise de inteligência.
- Criação e implementação da Fundação da Polícia Militar;
- Implementação das novas ações integradas, como a Patrulha Maria da Penha e a Patrulha Rural;
- Ampliação do policiamento motorizado da PM em áreas urbanas.

POLÍCIA JUDICIARIA CIVIL

- Prosseguir com a política de modernização/revitalização das unidades da Polícia Judiciária Civil;
- Incremento tecnológico com a Implantação do inquérito eletrônico por meio do sistema GEIA; fortalecimento do laboratório de lavagem de dinheiro, bem como unidades especializadas (GCCO, GOE, DEFAZ, DERF´s, DHPP, DERFVA), com incremento de efetivo e atividade de inteligência.

POLÍTICA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

CONTEXTO EM 2015

A estrutura da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos evidenciava decréscimo de recursos financeiros para promover uma ação que se revelasse eficiente face à situação do Sistema Penitenciário com suas demandas complexas no Estado.

COMPROMISSOS ATENDIDOS



Na área de Justiça e Direitos Humanos os esforços foram concentrados na humanização no Sistema Penitenciário em prol da reinserção social, melhorar a qualidade do sistema de atendimento socioeducativo, enfrentar as violências e violações aos direitos humanos dos grupos e pessoas vulneráveis e, buscar maior equilíbrio nas relações de consumo, visando à proteção e defesa do consumidor.

A Superintendência de Políticas para Mulheres realizou o atendimento de 1.800 mulheres em todo o Estado através da Caravana da Transformação no Projeto Ônibus Lilás da mulher – atendimento à mulheres em situação de vulnerabilidade. O Centro de Referência em Direitos Humanos atendeu mais de 400 cidadãos em situação de vulnerabilidade e promoveu a capacitação em direitos humanos de 900 alunos na rede estadual de ensino.

Por meio do Centro de Referência em Direitos Humanos de Cáceres – MT, resultado de parceria entre SEJUDH e a UNEMAT, se constitui espaço de integração de ações que envolvem assistência sócio jurídica, educação em Direitos Humanos e pesquisa sobre temáticas relacionadas a Política de Direitos Humanos, Educação, Violência e Cultura.

Foram ainda reativados o Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CETRAP e COETRAE-MT Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo.

No atendimento ao Sistema Penitenciário destacou-se:

- Aplicação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), no montante total de R\$ 44.776.000,00, destinados às atividades e programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário, com destaque para a previsão de construção de novas unidades prisionais;
- Foram adquiridos R\$ 10.000.000,00 em equipamentos táticos, equipamentos de proteção individual, armamentos, viaturas, munições letais e não letais e kits químicos;
- Continuidade das obras da Penitenciária Jovens e Adultos em Várzea Grande e o Centro de Detenção Provisória de Peixoto de Azevedo que estão em fase de conclusão, as quais acrescentarão mais 1.264 (mil duzentos e sessenta e quatro) vagas ao sistema prisional;
- Expansão de 462% no uso de tornozeleiras eletrônicas no Estado, com 2.961 equipamentos ativos. Desta forma, apresentamos uma economia aos cofres públicos com a diminuição da população carcerária e do custo do sistema:
- Lançamento do Sistema de Gestão Penitenciária (SIGPEN), fruto do esforço conjugado da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTI/SEJUDH), Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária (SAAP/SEJUDH), Secretaria de Estado Segurança Pública (SESP) e da Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação (MTI) com o objetivo de tornar mais eficiente o acompanhamento dos



recuperandos. O projeto piloto foi implantado na unidade prisional do Capão Grande, em Várzea Grande e já está em uso.

- Entrega de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) em equipamentos para aparelhamento das unidades de saúde, aquisição foi realizada através de convênios com o governo federal, em 2017 foram realizados 18.000 (dezoito mil) atendimentos de saúde para a população privada de liberdade.
- Foi efetivada a contratação de mais 9 (nove) médicos para atuar no sistema penitenciário, além disso a secretaria normatizou os parâmetros de acolhimento e atendimento à população LGBT no Sistema Prisional de Mato Grosso.
- A atuação da Fundação Nova Chance-FUNAC que inseriu 438 (quatrocentos e trinta e oito) recuperandos no mercado de trabalho, com atividades de prestação de serviços gerais (limpeza, copeiragem e diversos).
- Aguardamos a finalização das obras de construção de duas novas unidades prisionais:
- Uma em Várzea Grande, para 1008 vagas (previsão: novembro/2018)
- Uma em Peixoto de Azevedo, para 256 vagas (previsão: dezembro/2018)
- 220 vagas de concurso público realizado em 2017 foram homologadas e serão nomeados até novembro 2018 para complementar em cerca de 10% o número de funcionários do Sistema Penitenciário.

NO ATENDIMENTO AO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO:

- Início da reforma do Centro de Atendimento Socioeducativo de Internação Masculina Polo Cuiabá,
 e melhoria do Centro de Atendimento Socioeducativo Polo Sinop em parceria;
- Ampliada a oferta de serviços de saúde aos dependentes químicos em várias regiões do Estado, realização de dois leilões pela SEJUDH/SUPOD de bens apreendidos do narcotráfico, com a arrecadação de R\$ 1.156.983,00 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil e novecentos e oitenta e três reais);

NO ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR:

- Merece destaque a implantação em 2017 da CIP Eletrônica Carta de Informações Preliminares
- documento que o Procon encaminha ao fornecedor cobrando providências para solucionar o problema do consumidor antes de ser instaurado o processo administrativo.

Para evidenciar as transformações ocorridas, abaixo quadro comparativo:



APARELHAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO RESUMO E QUADRO COMPARATIVO (2010-2014 X 2015-2018)

SEJUDH	2010-2014	2015-2018	SEJUDH	2010-2014	2015-2018
População carcerária	Aprox. 9.600	Aprox. 11.600	Munição letal e menos que letal	Não há informações	Foram adquiridas mais de 150 mil munições
Tornozeleiras	512	2.877	Pistolas .40	o	Aquisição de mais de 1.000 pistolas
Viaturas	176	221	Coletes Balísticos	695	1695
Carabina tática .40	5	100	Capacetes Balísticos	50	85
Carabina 5.56	10	106	Equipamento de Solução de Inteligência	0	1
Espingarda calibre .12	312	352	Kit fardamento	0	4.340 conjuntos de calça e gandola 4.590 camisetas
Radio HT	70	220		· ·	2.170 bonés 2.170 cintos

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

Realização de avaliação para melhoria das estruturas físicas e contratação/qualificação de pessoal em todo o Sistema serão realizadas. Ainda, com base no que já foi realizado, propomos:

- Reduzir em 20% o déficit das vagas do Sistema Penitenciário em 2019-2020;
- Implantar Unidades Penitenciárias Modelo de Gestão pelo Sistema Apac em 2019;
- Implantar projetos de ressocialização, assim como investir em equipamentos e tecnologia para o sistema penitenciário
- Buscar recursos do FUNPEN para investir em aparelhamento e Tecnologias no Sistema penitenciário;
- Construção e manutenção das unidades (CASE Centro de Atendimento Socioeducativo)

de: Cuiabá, Várzea Grande, Sinop, Cáceres, Barra do Garças e Tangará da Serra.

- Construir Unidade Socioeducativa em Rondonópolis;
- Reforma e manutenção da sede do Procon.
- Regulamentar a política estadual sobre álcool e outras drogas.
- Criação de Centros de Referência em Direitos Humanos nas cidades polos do interior do Estado (atualmente só existe em Cuiabá e Cáceres).

CONTEXTO EM 2015

A gestão da política e a estrutura da Secretaria de Cultura estavam fragilizadas, seja pela ausência de um marco legal ou devido a precariedade da instrumentalização dos processos e procedimentos de trabalho, estrutura física inadequada e um quadro de pessoal bastante reduzido, o que comprometia severamente a efetividade das ações de fomento e incentivo às artes e à cultura.

COMPROMISSOS ATENDIDOS

Atuamos com nova visão da cultura, isto é, profissionalizar e qualificar o setor cultural no estado e ampliar a participação do setor na sociedade e na economia de Mato Grosso. O foco de atuação é fortalecer a cultura e promover uma rede sustentável de atividades, práticas e serviços culturais, dando visibilidade ao setor na economia estadual. Nesse sentido foram atendidas várias propostas no Plano de Governo 2015-2018.

O compromisso de implantar um modelo transparente e dinâmico da gestão cultural foi cumprido com a institucionalização do CPF da Cultura no Estado, que se constitui no marco legal para a gestão das políticas culturais (Conselho Estadual, Plano e fundo de Cultura). A reestruturação organizacional da SEC também permitiu a implantação de um novo modelo de gestão com a valorização dos servidores de carreira.

PROJETOS DESENVOLVIDOS:

Pontos de Cultura - entidades sem fins lucrativos, grupos ou coletivos com ou sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais continuadas em suas comunidades ou territórios.

Edital Circula MT apoia propostas nos segmentos culturais, visa fortalecer e ampliar os mecanismos de financiamentos públicos da cultura, fortalecer e descentralizar as políticas. Tem por objeto a seleção de projetos com duas linhas de fomento:

- Circulação: música, teatro, dança, circo, artes visuais e mostra audiovisual.
- Exposição de Artes Visuais: pintura, escultura, gravura, fotografia, vídeo-arte, performance, instalação, arte em mídias eletrônicas e digitais e outras experiências artísticas.

Em 2015 e 2016 foram contemplados 72 projetos culturais.

Edital Literatura - visa incentivar à produção literária regional, valorizando escritores mato-grossenses



em atividade e estimulando novos talentos. Em duas edições realizadas, 20 autores mato-grossenses receberam incentivo, totalizando R\$ 600 mil direcionados para a produção de novos títulos nas categorias: poesia, prosa e infanto-juvenil.

Economia Criativa –A execução de suas ações se articula com diversas políticas públicas, representadas pelas Secretarias de Cultura, Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, Trabalho e Assistência Social e Educação, Esporte e Lazer.

Destaca-se nesse âmbito o Projeto "Centro de Referência em Economia Criativa", a ser instalado no Grande Hotel. O projeto tem o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com contrato já assinado (2017) na ordem de R\$ 4 milhões, e conta também com recursos da SEC-MT como contrapartida de R\$ 1,5 milhões. Se constitui um "Hub" de inovação com inúmeras possibilidades de uso, desde a utilização de seus laboratórios de criação, experimentação e prototipagem, como espaços de capacitação e disseminação de conteúdos ligados a cultura empreendedora.

Mato Grosso Criativo

- Maratonas de Negócios Criativos, evento que oferta conteúdos de capacitação para os empreendedores criativos em parceria com Sebrae-MT nove (09) edições realizadas, sendo seis (06) em Cuiabá, uma (01) em Várzea Grande, uma (01) em Sinop e (01) em Rondonópolis, investimento total de R\$ 600 mil, 50% Governo 50% Sebrae;
- Prêmio Mato Grosso Criativo, edital que selecionou e apoiando 10 projetos de iniciativas de empreendedores criativos mato-grossenses, investimento de R\$ 300 mil;
- Maratona do Audiovisual, evento com capacitação para o setor e rodada de negócios com players nacionais, investimento de R\$ 50 mil e R\$ 3 milhões de negócios fechados diretamente;
- IDEAÇÃO: Programa de Pré-aceleração de Negócios Criativos, realizado nas estruturas da Arena Pantanal, realizado em parceria com o Sebrae que investiu R\$ 100 mil;
- Negócios Criativos, FLUXO Consultorias para Negócios Criativos, projeto que oferta consultorias especializadas, com atendimento individual para os interessados, seis (06) edições programadas para 2018, duas já realizadas.
- Territórios Criativos Cuiabá 300, projeto que busca levar capacitações para os territórios considerados criativos de Cuiabá, 8 edições planejadas, uma já executada no estabelecimento Metade Cheio:
- Economia Criativa na Estrada projeto que busca percorrer os municípios do interior do Estado levando palestras oficinas e consultorias, trabalhando a atitude empreendedora nos segmentos criativos.
- Caminhos Criativos, documentário que está sendo produzido contando a história de alguns empreendedores criativos do estado.



Audiovisual - Iniciativa com investimento na cadeia produtiva do audiovisual de Mato Grosso. Foram investidos R\$ 5 milhões no setor, sendo R\$ 4,5 milhões oriundos do concurso para seleção de Projetos Audiovisuais, iniciativa em parceria da Secretaria de Estado de Cultura (SEC), Ancine e Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). O resultado foram 13 projetos contemplados em diferentes tipografias, com recursos de R\$ 1,5 milhão - aportados pela SEC e R\$ 3 milhões pelo FSA, em uma inédita contrapartida federal que dobra o valor investido pelo Estado.

Nova lei do Fundo Estadual de Política Cultural - Marco na operacionalização dos sistemas de financiamento de projetos culturais. Uma mudança fundamental na forma de financiamento das ações. No novo modelo, a origem de receita do Fundo está vinculada à Receita Tributária Líquida, nos moldes da Constituição Federal, atingindo uma alíquota de 0,5% em 2019, garantindo, assim, a recomposição continuada dos valores destinados ao financiamento da política cultural, uma vez que seu aporte cresce de acordo com a expansão das receitas tributárias.

Firmadas diversas parcerias com Organizações da Sociedade Civil, SEBRAE, SENAC, SESI, Municípios, IBRAM, ANCINE, British Council, Instituto Maurício de Sousa, Fundação Banco Santander, Instituto Itaú Cultural, dentre outros.

Criação do Prêmio Territórios e Tradições - circulação de espetáculos em comunidades tradicionais, fomento das festas tradicionais: Festa do Congo, Chorado, Cavalhada, Siriri e Cururu, Festival de Quadrilhas, dentre outras.

Democratização do acesso ao patrimônio cultural mato-grossense a partir de políticas educativas e afirmativas:

- 31ª Bienal de Artes de São Paulo Itinerância Cuiabá (03/11/2015 06/12/2015) 8.879 mil visitantes.
- 32ª Bienal de Artes de São Paulo Itinerância Cuiabá (16/05/2017 09/07/2017): 8.483 mil visitantes.
- Santos Dumont na Coleção Brasiliana Itaú (09/08/2017 01/10/2017) cerca de 8.500 pessoas visitaram a exposição.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

- Operacionalizar o funcionamento do Centro de Referência em Economia Criativa Grande Hotel da Criatividade;
- Ampliação da MT escola de teatro;



- Lançar editais de fomento cultural para prefeituras e lançar Editais de seleção pública de projetos culturais;
- Realização do "Salão Jovem Arte";
- Ampliar os Pontos de Cultura com financiamento Estadual;
- Ampliação do #VEMPRAARENA itinerante pelo interior;
- Fortalecimento dos Festivais (teatro, música, cinema, dança);
- Diagnóstico e estímulo das culturas de fronteira (interestadual e internacional). Implementar laboratório de conservação, restauro e digitalização de bens culturais móveis com estímulo e promoção de ações preservação do Patrimônio Histórico e Cultural

EIXO 2 EDUCAR PARATRANSFORMAR E EMANCIPAR O CIDADÃO

CONTEXTO EM 2015

A rede pública estadual de educação apresentava índices baixos de desempenho quando comparados aos demais estados, como baixa posição no IDEB e alto índice de analfabetismo em Mato Grosso em comparação aos demais estados da região; 58% das unidades apresentavam uma estrutura ruim ou regular, 22% necessitavam de intervenção imediata. Por isso no primeiro ano do governo foram investidos mais de R\$ 47 milhões em reformas da unidade escolar.

COMPROMISSOS ATENDIDOS:

Foi realizada uma análise dos problemas e suas causas, visitando e ouvindo a comunidade escolar e a sociedade, o que resultou na consolidação do Programa Pró-Escolas.

Um dos principais compromissos: "Valorizar os profissionais e oferecer condições básicas nas unidades educacionais para que possam efetivamente realizar suas atividades" foi atendido com o desenvolvimento de melhorias salariais significativas. Nossa política salarial alavancou os subsídios dos profissionais da educação em 73,78%, de jan./2015 a out./2018, sendo que 48,80% foi aumento real, ou seja, acima da inflação registrada no período.

O investimento em uma política salarial robusta e positiva não era suficiente, e foi preciso um programa de qualidade de vida onde foram oferecidas melhores condições de trabalho e acompanhamento dos



servidores a fim de monitorar e avaliar a saúde, bem como, atuar nas principais causas dos afastamentos para tratamento de saúde.

A regularização do vínculo dos profissionais da educação era uma exigência constitucional e um prérequisito para implantação de uma política eficiente, eficaz e efetiva de gestão de pessoal, bem como, um compromisso de governo "Promover a realização de Concursos Públicos, na medida das necessidades de regularização do vínculo dos profissionais da educação nos termos da legislação específica". Fizemos concurso público a já nomeamos a maioria dos aprovados.

O compromisso de "Garantir os repasses constitucionais para a Educação", foi além de nossas expectativas iniciais, pois, o cenário econômico e fiscal, não contribuiu. No entanto, já no primeiro ano de mandato, foi proposta uma Emenda Constitucional nº 76/2015 que garantiu que o Estado acrescente anualmente um mínimo de 0,5% nos exercícios financeiros de 2016 até 2035 a fim de atingir o percentual de 35%. Com isso foi possível implantar o dispositivo estabelecido pela Constituição do Estado em 1989, que não tinha sido implantado em nenhum governo anterior.

Ainda, em nosso Plano de Governo, também assumimos os compromissos de: "Ampliar gradativamente a oferta de educação integral", "Focar ações para o Ensino Médio" e "Criar incentivos à permanência na escola dos alunos mais vulneráveis ao abandono".

Implantamos o projeto Escola Plena e a escola da Arena Pantanal, todas em Tempo Integral, e desta forma começamos o atendimento às metas dos Planos Nacional e Estadual de Educação que tratam da oferta do ensino em tempo integral.

A parceria da Educação com o Esporte e Lazer, resultou em uma ideia inovadora e desafiadora: implantar uma escola estadual vocacionada para o esporte dentro do estádio Arena Pantanal. Atendendo nossos compromissos, de: "Reformular programas e implementar ações governamentais que incentivem práticas recreativas e desportivas" e "Transformar as escolas em centros de referência para as ações da comunidade". Da união de espaço físico de excelente qualidade, contudo, sem uso ou subutilizados no ginásio de esporte "Arena Pantanal" com a demanda por escolas com estrutura física adequada ao processo ensino e aprendizagem, surge a Escola Estadual José Fragelli, se transforma na primeira escola voltada ao esporte.

Após 30 anos com uma única escola militar, em Cuiabá, a partir de 2017 em decorrência da demanda expressada pela sociedade e prefeituras foi adotada a política de ampliação das escolas militares no estado de Mato Grosso.

Esta política impacta diretamente a meta do Plano Plurianual de Universalização e de Melhoria da Qualidade da Educação, também buscou atender o compromisso de "Fazer proveito das experiências



de sucesso no Brasil e em Mato Grosso para aprimorar a eficiência na educação", pois, a infrequência e a evasão são inferiores à média e o Ideb está acima da média.

Outra iniciativa que contribuiu com esse compromisso foi o projeto "MT no Mundo" estruturado para fomentar o processo de internacionalização do estado de Mato Grosso no campo educacional. Assim sendo, este programa fomenta maior interesse pela aprendizagem de idiomas, bem como permite aos alunos e professores a experiência de conhecer outros países e promover a convivência com outras culturas. O Programa foi desenvolvido para efetuar a entrega de 4 produtos:

capacitação linguística e metodológica para professores, intercâmbio em universidades estrangeiras, curso intensivo de língua inglesa e espanhola para estudantes e intercâmbio cultural para estudantes promovendo uma experiência de imersão em outra língua.

Por meio de Cooperação Técnica firmado pela Secretaria de Estado de Educação Esporte e Lazer e a Embaixada Britânica, com suporte da Pearson, foi ofertado, em 2017, um curso de formação continuada com foco em desenvolvimento linguístico e metodológico para 386 professores de língua inglesa da rede estadual, na modalidade EAD. Em 2018, estão acontecendo as oficinas presenciais.

Em todos os projetos e atividades o compromisso de "Assegurar acesso, permanência e aprendizagem ao aluno" foi diretriz de planejamento na Educação, principalmente na busca da inclusão das populações alocadas na zona rural, nas comunidades tradicionais e comunidades indígenas.

Nas aldeias indígenas, nas fazendas, nas áreas de assentamento e nos quilombos buscamos alcançar o importante compromisso de "Melhorar a sistemática de mapeamento no Estado das demandas do setor, de forma integrada, para gerar banco de dados estatísticos e gerenciais para aprimorar a qualidade das políticas educacionais." Foram mapeadas as estruturas das unidades escolares do campo de Mato Grosso identificando a infraestrutura de apoio e logística:

145 Unidades escolares do campo, 2.028 Professores, 620 Professores efetivos, 1.408 Professores com contratos temporários, 38.864 Alunos matriculados, 400 Alunos com alguma modalidade de deficiências, 22.023 Estudantes do ensino fundamental, 17.841 Estudantes do ensino médio.

O compromisso de "Estabelecer ações em conjunto com os municípios e instituições para ampliar a taxa de atendimento de jovens e adultos, visando reduzir as taxas de analfabetismo no estado" está sendo amplamente atendido. O **projeto Muxirum da Alfabetização - Alfabetizar para Emancipar**, executado em parceria com mais de 20 (vinte) municípios que aderiram ao projeto, foi implantado com a finalidade de potencializar os investimentos financeiros e humanos na redução do analfabetismo. Mantida a atuação da Educação de Jovens e Adultos – EJA nas escolas e ampliado o atendimento da população analfabeta de forma proativa, buscando o aluno, onde o mesmo se encontrava no trabalho, templos e igrejas, centros/ associações de lazer, entre outros locais.



Hoje o Estado conta com mais de 6.500 (seis mil e quinhentos) alunos sendo alfabetizados e caso todos concluam as etapas da alfabetização, vamos atingir a meta estabelecida de reduzir 11.614 (onze mil, seiscentos e catorze) pessoas de 15 anos ou mais, ainda no exercício.

Os investimentos em infraestrutura escolar permitiram que de 2015 a julho/2018, fossem entregues 50 (cinquenta) escolas estaduais, algumas estavam em sendo construídas desde 2012.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

A melhoria da qualidade na educação básica será alcançada com a implementação de uma política de educação abrangente que reúna, para análise dos problemas e proposição das ações de melhoria, os diversos atores que envolvem o assunto.

Para melhorar a educação se entende como imprescindível investir em projetos e atividades que envolvam conteúdos que possam refletir uma perspectiva tridimensional do processo de ensino-aprendizagem no mundo atual e que possa abranger conteúdos como Tecnopedagogia; Ambiente escolar e a Cultura Escolar.

Continuamos com a perspectiva de "conceber fisicamente uma escola capaz de educar as crianças, jovens e adultos, tal como elas são, a partir das especificidades locais e situação real em que se encontram, no campo ou nas cidades".

São nossos compromissos:

- Ampliar o atendimento nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;
- Desenvolver parcerias com os municípios a fim de delimitar os ciclos de atuação de cada ente federativo no âmbito de Mato Grosso;
 - Dar continuidade ao Programa de reestruturação da rede física das escolas da rede estadual, para médio e longo prazo;
- Maior atenção às modalidades de ensino aos grupos sociais que vivem longe das áreas urbanas, no campo, nos quilombos ou nas aldeias indígenas, com enfoque:
- Em conteúdos curriculares que atendam a base nacional comum e também as especificidades;
- Calendário escolar diferenciado, quando necessário;
- Metodologias didático-pedagógicas inovadoras e apropriadas;
- Metodologias que possibilitem um atendimento de qualidade à distância, ou de forma modular ou mesmo itinerante;
 - Fortalecer a política de Educação no Campo com implantação de unidades conforme
 Estudos de demanda;
 - Formação continuada para profissionais da Educação contemplando as



especificidades das diferentes modalidades de ensino;

- Fortalecer a formação continuada dos professores no âmbito do Programa "MT no Mundo" com foco no desenvolvimento da competência linguística comunicativa;
- Criação de um centro linguístico que possibilite a capacitação dos professores e alunos em língua estrangeira.
- Dar continuidade à política de valorização salarial dos profissionais da educação.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CONTEXTO EM 2015

A política de Ciência e Tecnologia em 2015 necessitava de definição das linhas estratégicas para o desenvolvimento das suas ações a longo prazo.

COMPROMISSOS ATENDIDOS:

- Aumento em 100% da oferta de vagas para os Cursos Profissionalizantes, passando de 5.000 em 2015 para 10.200 atendimentos;
- Reforma e restruturação de 5 (cinco) Escolas Técnicas Estaduais;
- Construção de 8 (oito) novas Escolas Técnicas Estaduais e implantação da Escola Técnica Estadual Buriti;
- Priorizada a oferta de Educação Profissional aos cidadãos que se encontram em vulnerabilidade social, ofertando cursos conforme demanda regional.
- Garantida maior atuação do estudante na iniciação científica com a realização com a realização
 da Mostra Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, nas unidades escolares da rede pública e
 privada, atendendo cerca de 20 mil alunos; realização da Semana Nacional de Ciência,
- Incentivada a qualificação do corpo docente, discente e técnico para a pesquisa promovendo a divulgação de CT&I produzida em escolas, universidades e ICTs; incentivo e realização de Feiras de Ciências em todas as Escolas Técnicas, sendo realizadas anualmente aproximadamente 50 feiras escolares, municipais e regionais.
- Pagamento de bolsas para qualificação profissional (mestrado e doutorado) para 15% dos professores



que atuam na Educação Profissional do Estado de Mato Grosso.

- Realizada a gestão técnica e financeira do projeto "Centro Interdisciplinar de Estudos em Biocombustíveis" celebrado com FINEP e desenvolvido pela UFMT/UNEMAT, ainda realizou a gestão técnica e financeira do convênio "Rede de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia do Estado de Mato Grosso" - Projeto de pesquisa celebrado com a FINEP e desenvolvido pela UNEMAT
- Realização do Programa Células Empreendedoras Mato Grosso, voltado para a criação e desenvolvimento de ecossistemas de Educação Empreendedora em universidades, empresas e escolas técnicas, atendeu 1.100 alunos e mais de 400 professores capacitados.
- Participação das três Instituições de Ensino Superior (UNEMAT, UFMT e IFMT) no Fórum das IES, atuando de forma articulada no segmento da extensão. Nos últimos quatro anos a FAPEMAT publicou e colocou em prática editais de fomento a projetos de extensão com interface com a pesquisa. Essas ações possibilitaram um crescimento de ações extensionistas nas comunidades atendidas pelos projetos.
 - Realização de eventos científicos, bem como a ofertas de bolsas de pesquisa e extensão, possibilitou a popularização da Ciência. A presença da UNEMAT e outras autarquias na Caravana da Transformação possibilitam um contato dos órgãos governamentais com a população.
 - Implantação do Circuito Itinerante da Ciência de Mato Grosso MT Ciências através de uma carreta adaptada com salas de exposições e um auditório, atendeu 8 (oito) municípios com aproximadamente 35 mil visitantes entre alunos, professores e população em geral.
 - Atividades desenvolvidas pelas Escolas Técnicas Estaduais por meio de Termos de Cooperação para estágios e visitas técnicas.
 - Construção do Centro de Inovação do Parque Tecnológico, criação de bolsas de apoio à inovação e de popularização da ciência, realização de ações pelo Parque Tecnológico para fomentar o ecossistema de inovação e empreendedorismo.
 - Realização de eventos: Cidades Inteligentes, Cidades Inovadoras; Meetups.
- Realização do Circuito Jovem Empreendedor: programa que tem como objetivo difundir o



empreendedorismo, ciência, tecnologia e inovação nas escolas da rede pública de ensino do Estado de Mato Grosso, atendendo 18.144 alunos.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

- Ampliar a democratização do acesso à universidade e cursos profissionalizantes, otimizando o preenchimento de vagas por meio de cotas regionais para o Estado de Mato Grosso.
- Consolidar Parque Tecnológico Mato Grosso: Finalização do Centro de Inovação do Parque Tecnológico.
- Fortalecer ações de empreendedorismo e inovação; fortalecer a Rede de Incubadoras de Empresas; criar Programa de Aceleração de Startups; e fortalecer Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT.
- Definir e implementar uma política contínua de cursos em modalidades diferenciadas que atenda as demandas do Estado. Promover formação diferenciada (Ensino a Distância, Formação Indígena, Parceladas e Turmas Fora de Sede).
- Implementar a graduação com dupla ou tripla formação, com bases afins unificadas, melhorar o aproveitamento dos espaços da universidade e integração de alunos.
- Fortalecer as Políticas de Ações Afirmativas, garantindo o acesso e a permanência dos alunos ingressantes por essas políticas, implementando políticas compensatórias para a permanência dos PCD's (Pessoas com Deficiência), indígenas, negros e em vulnerabilidade social.
- Estimular e fomentar nas IES do Estado de Mato Grosso a integração dos cursos de graduação, tecnológico e pós-graduação, por meio de atividades que promovam a interface entre as diferentes áreas e os diferentes níveis de estudo.



EIXO 3 MUNICÍPIOS SUSTENTÁVEIS. CIDADES PARA VIVER BEM

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL Contextualização em 2015

O Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional - GDR foi criado nesta gestão com a missão de promover o desenvolvimento regional visando diminuir as desigualdades regionais no Estado.

COMPROMISSOS ATENDIDOS

- Elaborada Política Estadual de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso;
- Realizado Diagnóstico e Projeto da Cadeia Produtiva do Leite abrangendo 26
 localidades; e projetos de Piscicultura em Tanque Rede na Região Araguaia;
- Elaborados Planos de Ação para o Desenvolvimento da cadeia produtiva da mandioca ; da Cadeia Produtiva do Turismo;
- Promovida a Integração das Políticas Públicas na Faixa de Fronteira;
- Elaborados Planos de Desenvolvimento Regional;
- Ampliação do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis que conta hoje com 61 municípios. O Programa objetiva promover o desenvolvimento sustentável por meio do fortalecimento da economia local, da melhoria da governança pública municipal, da promoção da segurança jurídica, da conservação dos recursos naturais e recuperação ambiental e da redução das desigualdades sociais.

Em 2017 participou do trabalho de regularização fundiária urbana no município de Nova Ubiratã, que resultou na regularização de 1.187 lotes urbanos, com o apoio do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso - CREA-MT e da Associação dos Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso - ANOREG.



- Criação do Programa Terra a Limpo para a regularizar os assentamentos e glebas rurais de responsabilidade do governo estadual, bem como as do governo federal situados nos municípios estado.
- O GDR firmou em 2018 o Contrato de Colaboração Financeira de Recursos Não Reembolsáveis com o Fundo Amazônia/BNDES no valor total de R\$ 72.900.000,00 (setenta e dois milhões e novecentos reais), para promover a regularização fundiária combinada com a oferta de serviços sociais em 87 municípios.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

- Dar continuidade as ações de estímulo às Cadeias Produtivas trabalhadas;
- Promover as Políticas Públicas na Faixa de Fronteira concentrar esforços para garantir:
 - Pavimentação de 70 km entre Vila Bela da Santissima Trindade em MT e San Ignácio na Bolivia;
 - Buscar articulação junto ao Governo Boliviano para a pavimentação de 315 km entre San Matias e San Ignacio.
- Dar continuidade às ações do Programa Matogrossense de Municípios Sustentáveis.

No âmbito do PROGRAMA TERRA A LIMPO, nos propomos a executar as seguintes ações:

- Realizar a regularização fundiária rural em 165 glebas e 378 assentamentos Estaduais/Federais beneficiando aproximadamente 65 mil famílias em 4 anos;
- Implantar Sistema Estadual de Gestão Fundiária para o fortalecimento dos órgãos com infraestrutura de equipamentos e logística necessários;
- Ampliar as ações de Regularização Fundiária do Programa Terra a Limpo para os 54 municípios ainda não contemplados como para áreas de fronteira, de quilombolas e de extrativismo vegetal;



POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

CONTEXTO EM 2015

A situação fundiária no Estado até 2015 era complexa, havia um passivo de 193 conjuntos habitacionais urbanos criados desde 1990 e 131 assentamentos rurais com ocupações iniciadas em 1989 envolvendo ao todo 54.133 famílias e ainda 4.500 processos de regularização rural sem finalização.

COMPROMISSOS ATENDIDOS:

Em 2015 foi iniciado um trabalho técnico e jurídico nos processos de regularização rural, foi identificado no INTERMAT um passivo de 9.000 processos entre 2006 e 2016 assim dispostos:

- i) 3.500 de regularizações rurais e;
- ii) 5.500 de certidões fundiárias.

Promoveu-se o enfrentamento em áreas de conflitos agrários de forma eficiente em especial no município de Colniza, resultando na entrega de 250 títulos do Assentamento 1º de maio ainda em 2018.

Foram realizadas várias ações junto a Comissão de Assuntos Fundiários e de Registros Públicos da Corregedoria Geral da Justiça, como o estudo sobre a Comunidade Quilombola Mata Cavalo em Nossa Senhora do Livramento onde foi mapeada a localização por meio de análise técnica do INTERMAT e repassada ao INCRA para demais providencias.

Acordo de Cooperação firmado entre vários órgãos junto ao Intermat resultou na parceria com 21 municípios e até 2019 será feita a regularização de mais de 20.000 imóveis de responsabilidade do INTERMAT, destacando dentre eles o município de Cuiabá com mais de 14.000 imóveis urbanos em 45 bairros.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

- Regularizar 60 dos 131 assentamentos rurais estaduais para mais de 8.000 famílias, em mais de 40 municípios.
- Georreferenciar 70 Assentamentos Estaduais e realizar o levantamento dos seus ocupantes com devido cadastro.



- Regularizar 25.000 imóveis urbanos.
- Identificar por meio de cooperação técnica entre SEMA e INTERMAT áreas devolutas e ainda preservadas que possam ser destinadas a pesquisas e desenvolvimento de projetos sustentáveis.
- Finalizar a reestruturação do acervo fundiário do INTERMAT.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

SITUAÇÃO ANTES DE 2015

A Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá – RMVRC estava inoperante, sem programas, projetos ou ações no sentido de planejar e concretizar as funções públicas de interesse comum (saneamento, mobilidade urbana, entre outras políticas).

COMPROMISSOS ATENDIDOS

A política metropolitana consolidou suas ações atendendo aos seguintes COMPROMISSOS assumidos no Plano de Governo 2015-2018:

- Fortalecer a atuação da Agência Metropolitana para efetivar as políticas de interesse comum.
 - Elaborar e implementar Plano Diretor Integrado Metropolitano, apoiado em planos setoriais articulados.
 - Fortalecer o Controle Social na gestão da Política Metropolitana.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

• Implementar os programas definidos no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá/PDDI/VRC voltados ao desenvolvimento com valorização da identidade cultural e visão integradora.



POLÍTICA URBANA

CONTEXTO EM 2015

A Política Urbana executada pela Secretaria de Estado das Cidades em parceria com os municípios carecia de enfoque voltado às necessidades locais.

COMPROMISSOS ATENDIDOS

- Foram entregues nos últimos 04 anos 11.918 unidades habitacionais à população em mais 50 cidades. Essas habitações proporcionaram R\$ 599.531.180,29 em investimentos diretos no Estado.
- Em 2015 a Secid contratou junto à Universidade Federal de Mato Grosso UFMT com apoio da FUNASA Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) para 109 municípios com até 50 mil habitantes, rendendo a Mato Grosso o título de único estado do Brasil com 100% dos seus municípios com um instrumento de planejamento para as políticas públicas de saneamento básico.
- Conclusão de parte das obras de infraestrutura da Copa do Mundo da Fifa.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

- Ampliar os Investimento em Habitação, Saneamento, Planejamento Urbano e Habitação
 Rural.
- Dar continuidade às ações de melhoria da Mobilidade Urbana, entre elas a finalização do VLT e definir modelo de gestão.

POLÍTICA DE DEFESA CIVIL

CONTEXTO EM 2015

Essa política era deficitária para desenvolver as ações com vistas a aumentar a resiliência das comunidades frente aos desastres.

COMPROMISSOS ATENDIDOS

Realizadas ações de Monitoramento e Alerta, mapeamento de Áreas de Risco, apoio a



Secretaria de Saúdeno controle a epidemias e participação no Projeto de Governo Caravana da Transformação permitiu a formação de 6.000 (seis mil) voluntários participantes do projeto.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

 Ampliar a aplicação dessa política de Estado para promover atuação articulada à política de saúde, de educação ambiental, de segurança, de meio ambiente, de apoio à gestão municipal na Caravana da Transformação

POLÍTICA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

CONTEXTO EM 2015

Não eram observados na Secretaria da Estado de Meio Ambiente a importância estratégica dos municípios para a Gestão Ambiental em Mato Grosso. Vários municípios estavam na lista negra do Ministério do Meio Ambiente e a SEMA demorava mais de dois anos em medias para expedir uma licença ambiental;

COMPROMISSOS ATENDIDOS

Dentre as principais ações de proteção ao meio ambiente e combate ao desmatamento desenvolvidas no decorrer dos últimos 4 anos, destaca-se:

- A Estratégia transversal de Desenvolvimento Sustentável "Produzir, Conservar e Incluir – PCI" – que alia aumento da produção `a redução do desmatamento com a promoção inclusão social.

Os índices de desmatamento caíram em 26%, a produção aumentou e a Secretaria de Meio Ambiente quase triplicou o número de licenciamentos em 4 anos. Houve redução no tempo de resposta ao cidadão em 40%, bem como licenciamento sendo finalizado em aproximadamente 70 dias.

Mato Grosso voltou a ser protagonista na gestão ambiental brasileira com programa próprio de Cadastro Ambiental Rural, de Licenciamento Digital e de Gestão Florestal com cadeia de custodia.

O governo triplicou o investimento e o combate aos incêndios florestais, reduziu o desmatamento nos 4 anos e ainda implementou o novo Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Incêndios Florestais (PPCDIF). Promoveu a criação de novos comitês de bacias hidrográficas e gestão de bacias. Implementou o licenciamento ambiental por produtividade. Reduzido o desmatamento ilegal em 45% mantendo o compromisso de chegar a zero em2020.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

- Construir o centro Integrado de Gestão e Monitoramento Ambiental;
- Aprimorar o ICMS Ecológico com distribuição para os 141 municípios a partir de novos



indicadores de sustentabilidade;

- Regulamentar o Manejo Florestal N\u00e3o Madeireiro e a Pol\u00edtica Estadual do Pagamento por Servi\u00fcos Ambientais
- Criar Programa para Implementação das Unidades de Conservação, bem como desenvolver o potencial turístico através de concessões;
- Fortalecer o Licenciamento Ambiental Digital;
- Implementar indicadores de desenvolvimento de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU;
 - Defender os interesses de MT nas negociações para o estabelecimento do valor das compensações pela segurança do clima.
 - Propor uma política de valoração ambiental para a construção de hidrelétricas no Estado de Mato Grosso;
 - Implementar modelo de gestão ambiental integrado que contemple diversos temas, como recursos hídricos, saneamento, habitação, saúde pública, desenvolvimento e outros;
 - Construir Planos de Desenvolvimento Sustentável para o Estado de Mato Grosso;
 - Adotar mecanismos para articulação e modernização dos órgãos e sistemas que atuam nas políticas ambientais no Estado;
 - Combater problemas socioambientais (desmatamento ilegal, incêndios, pesca e caça predatórias) mediante iniciativas preventivas, orientadoras, fiscalizadoras e repressivas;
 - Estimular a inserção de tecnologias limpas nas empresas privadas, inclusive com incentivos fiscais;
 - Estimular ações proativas e redução de metas de poluição, inclusive através da inserção de instrumentos econômicos:
 - Fortalecer ações de Monitoramento Ambiental como suporte ao licenciamento ambiental; e criar planos de fiscalização e educação ambiental para reduzir o desmatamento ilegal;
 - Promover políticas voltadas ao desenvolvimento do negócio florestal para criação de regiões de produção e centro de negócios florestais;
 - Incentivar e apoiar o reflorestamento com prioridade para áreas degradadas ou subutilizadas;
 - Ampliar o percentual de áreas cadastradas de propriedades rurais no Estado;
 - Ampliar a rede de monitoramento da qualidade da água superficial e subsuperficial;
 - Implantar Programa de Valorização do Cerrado e criar o Programa de Proteção do Pantanal Mato-grossense;
 - Implantar programa de pesquisa do estoque pesqueiro do Pantanal Mato-grossense, em parceria com a EMBRAPA Pantanal;
- Incorporar o Instrumento do REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação) na gestão ambiental do Estado;

- Promover a Política Setorial Florestal para Mato Grosso de 2019 a 2022
- Fortalecer o desenvolvimento da cadeia produtiva da madeira no Estado, com ações para o atingimento das metas já definidas para o setor florestal na Estratégia PCI.



EIXO 4 ESTADO PARCEIRO E EMPREENDEDOR

POLÍTICA TRIBUTÁRIA

CONTEXTO

No início da gestão, 2015, o cenário era marcado por incontáveis irregularidades nos processos de empresas detentoras dos incentivos fiscais. Havia empresas enquadradas de forma equivocada; programa de incentivos fiscais alvo dos órgãos de controle, ante as inúmeras inconsistências encontradas; processos concedendo incentivo sem que houvesse cálculo de estimativa de impacto orçamentário, infringindo o previsto no Art. 14 da LRF; ausência de acompanhamento *in loco* das empresas detentoras de incentivos, irregularidades quanto aos incentivos fiscais concedidos aos Arranjos Produtivos Legais (APL), com enquadramentos desrespeitando o ordenamento jurídico; aumento da renúncia fiscal do Estado que se estende até os dias atuais.

COMPROMISSOS ATENDIDOS:

- Alterações na lei 7958/2003 a partir de 2015, com o objetivo de trazer uma melhoria na ambiência negocial entre Estado e Empresas e maior segurança jurídica.
- Lei Complementar 160/2017 disciplinou a forma de alinhamento das isenções, dos incentivos e
 dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos pelas unidades federadas em desacordo
 com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2° do artigo 155 da Constituição Federal, Convênio
 ICMS 190/2017, de 15 de dezembro de 2017 (DOU de 18/12/2017). Portaria Conjunta n° 001/2018SEFAZ/SEDEC/PGE/2018.
- Deposito de todos os atos CONCESSIVOS VIGENTES dos incentivos fiscais oferecidos no âmbito do Estado de Mato Grosso.
- 388 DesenquadramentoS de empresas cujo ramo de atividade n\u00e3o poderia ser contemplado, ou seja, n\u00e3o eram ind\u00eastrias.
- Auditoria interna nos processos das empresas beneficiárias dividido por setor, com vistas a sanear irregularidades sanáveis e descredenciar do programa àquelas que continham irregularidades insanáveis;
- Concedidos 29 (vinte e nove) novos benefícios e renovados 34 (trinta e quatro) incentivos e



revisão de percentual concedido;

- Acompanhamento e monitoramento das empresas enquadradas no PRODEIC a fim de verificar o cumprimento das obrigações e contrapartidas assumidas.
- No ano de 2017, pela primeira vez na história do Programa, foram fiscalizadas 263 (duzentos e sessenta e três), ou seja, 92,93% das empresas que gozam do benefício em fruição integral (indústrias já em operação) receberam a visita da equipe de fiscalização da SEDEC (Ano base 2016);

Empregos Diretos Gerados:

Metas para 2017 = 19.228

Alcançado em 2017 = 31.568

- Foram concedidos menos incentivos em comparação com os anos anteriores. Isso se deve ao fato de que apenas empresas do Setor Industrial foram enquadradas, conforme prevê a Lei 7958/2003, além da crise que assolou o país no período.
- Estudo de avaliação dos Programas de Incentivo previsto em lei, que não era realizado desde o ano 2010, onde fora comprovado que de cada R\$ 1,00 investido em concessão de incentivo, o Estado obtém retorno de R\$ 1,20.
- Desenvolvimento do Sistema Integrador (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, Redesim): Desenvolvimento do sistema para entrada dos processos via sistema eletrônico; Parceria e integração com os órgãos: Receita Federal (emissão do CNPJ), SEFAZ (Inscrição Estadual) e Prefeitura (Emissão de Alvará); Implantação da Via Única e Redução da burocracia na abertura de empresas.
- Implantação da JUNTA DIGITAL com parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas
- Empresas SEBRAE e em concordância com o Departamento de Registro Empresarial e Integração
 DREI:
- Redução dos prazos processuais; Redução do custo ao empresário (preço público); Fomento da atividade empresarial;
- Centralização das atividades da JUCEMAT em sua sede, sendo analisados todos os atos empresariais, proporcionando maior controle e segurança jurídica aos processos mercantis; Redução de custos a Junta Comercial com fechamento dos convênios e prepostos.
- Criação de empresas em 48 horas e digitalização de todo o acervo empresarial da Junta Comercial.
- Certidões WEB: Facilidade dos usuários da JUCEMAT para solicitar certidões via sistema eletrônico de qualquer parte do país.
- Facilitação da comunicação entre sociedade e JUCEMAT: Incorporação e utilização do sistema



de Ouvidoria do Estado para fins de reclamação e elogios; Modernização do Site da JUCEMAT, com inclusão do link transparência e disponibilidade de canais diretos de atendimento para fins de facilitar comunicação com a Autarquia.

- Inauguração de 22 (vinte e dois) Centros de Atendimentos Empresarial CAEs entre 2015 e 2018.
 Existiam 50 (cinquenta) CAEs em 2015.
- Mais de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) MEIs atendidos nos 72 CAEs existentes (fonte: www. portaldoempreendedor.gov.br/estatísticas).
- Projeto em andamento de Capacitação EAD em parceria com a SECITEC de cursos de interesse para os agentes dos CAEs para atendimento aos empreendedores (agente de crédito/Desenvolve MT, Redesim/ Jucemat, etc).
- Por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF, art. 12 § 3º, a Seplan tem obrigação de disponibilizar as projeções e metodologias das receitas estimadas para o orçamento anual. Dessa forma, todo ano essas informações são divulgadas no site da SEPLAN.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

- Revisão de barreiras tributárias e as penalidades aplicadas às empresas, visando preservá-las na manutenção da geração de emprego e receita para o Estado;
- Política de incentivo diferenciada para os municípios com economia exaurida de modo a fortalecer ações nessas cidades ou regiões prejudicadas ao longo dos anos;
- Direcionar os incentivos fiscais conforme cadeis produtivas prioritárias.

LOGÍSTICA

CONTEXTO EM 2015.

Mesmo considerada setor estratégico em qualquer governo, a Secretaria Estaual de Infraestrutura/Sinfra, foi desestruturada, estrutura física deteriorada e todo o suporte de tecnologia e de processos operacionais obsoletos, gerando describilidade e falta de agilidade na comunicação com órgãos de controle e a sociedade:

COMPROMISSOS ATENDIDOS NO PERÍODO DE 2015 - 2018:

Diante do quadro encontrado foi realizado choque cultural e de gestão que ocasionou um impacto positivo e significativo nos resultados da infraestrutura o que levou ao atendimento de todos os compromissos previstos no Plano de Governo do primeiro mandato e que estavam na governabilidade da SINFRA.



Pavimentação e reconstrução das rodovias, nesta gestão foram feitos 2.572km, sendo mais que o dobro do que foi executado nos 4 anos do governo anterior, que foi apenas 886 Km. Todas as obras saem agora com estudos ambientais adequados e com controle de licenças ambientais com notificações às empresas quando necessário, além do acompanhamento a Sema e Ibama. Além destes, destaca-se:

- A malha estadual pavimentada aumentou de 5.277,6 km em 2014, para 6.877,8 km;
- O Sistema Rodoviário Estadual (SRE) que estava desatualizado, hoje permite que se tenha as informações corretas e atualizadas sobre toda a malha e ativos do estado, além de estar todo georreferenciado;
 - Houve um incremento na densidade rodoviária nos últimos anos, passando de 10 Km para cada
 mil km2 em 2014, para 12,9 Km em 2018;
 - O principal indicador de qualidade nas rodovias (CNT Confederação Nacional de Transportes),
 indica que MT saiu do último lugar em estrada com pavimento ótimo/bom, em 2014, para o 3º lugar em 2017;
 - No Ranking de Competitividade dos Estados em termos de Infraestrutura, o estado saiu do 24º
 lugar em 2014, para 8º lugar em 2017;
 - Hoje a SINFRA possui 9 contratos de manutenção para rodovias pavimentadas e não pavimentadas, atendendo todas as regiões, sem depender de licitações a cada nova manutenção, antes não havia nenhum;
 - Foram feitas 32 novas pontes de concreto/aço na Transpantaneira, sendo que até 2014, tinham sido apenas 2;
 - Tínhamos apenas 3 aeroportos, em 2014, operando com voos regionais regulares e agora são 5 aeroportos;
 - Antes de 2015 não havia nenhum aeroporto concessionado e a partir de 2017 foram incluídos 5
 aeroportos ao Programa Nacional de Concessões de Aeroportos que será efetivado ao final de 2018;
 - Houve aumento do total de aeroportos habilitados para aviação regional comercialcomo foi o caso de Tangará da Serra;
 - Foram assinados 03 contratos de concessões do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros;
 - Feito chamamento Público Emergencial do Terminal Rodoviário Cássio Veiga de Sá –
 Cuiabá, proporcionando melhorias na prestação de serviço;
 - Realização de licitação da Concessão do Terminal Rodoviário Engenheiro Cássio Veiga de Sá, sendo um total de 292 milhões;
 - Concessão das Rodovias por Concorrências Públicas: Alto Araguaia (MT-100); Alta Floresta



(MT- 320/MT 208); Tangará da Serra (MT – 246, MT 343, MT 358 e MT 480);

- A sede da SINFRA foi totalmente reformada, com a melhoria das instalações elétricas, aquisição de computadores, reforma do auditório, estacionamento e salão nobre com galeria dos ex-secretários;
- A fiscalização, passou a adotar uma nova sistemática na supervisão de obras, onde as supervisoras atuam de forma regional a qual apresentam maior efetividade e menor custo, e com melhoria reconhecida da qualidade da pavimentação implantada.

Os compromissos que necessitaram de articulação com o governo Federal para que fossem continuados, foram feitas reuniões e eventos conjuntos com os Ministérios e com o DNIT, visando a retomada de diversas obras paralisadas ou atrasadas por problemas de burocracia junto ao governo federal, foram agilizadas:

- Duplicação de 52 km do Rodoanel que teve recentemente o seu projeto aprovado para ser licitado.
- Definição do prosseguimento da Ferrovia de integração do Centro Oeste FICO, na qual o Estado de Mato Grosso vai receber R\$ 4 bilhões em investimentos para construção de 383 quilômetros, para o trecho entre Água Boa(MT) e Campinorte (GO).
- Concessão de 5 aeroportos, incluindo o Marechal Rondon, além da efetivação de outros convênios federais para unidades aeroportuárias do estado.
- Parcerias com a iniciativa privada para recuperação da malha no estado, como é caso do FETHAB 1, na qual a SINFRA vem repassando os recursos para as prefeituras atuarem nas rodovias não pavimentadas e a implantação do FETHAB 2 que trouxe um bom volume de recursospara o estado tendo sido fundamental para a continuidade e conclusão de muitas obras, assim como as parcerias com as Prefeituras e Associações, por meio de patrulhas mecanizadas, para manutenção de estradas não pavimentadas, melhorando sua trafegabilidade.
- Fortalecimento do relacionamento com o BNDES e Banco do Brasil, além das
 parcerias com a EPL-Empresa de Planejamento e Logística e SAC-Secretaria de Aviação Civil além de parcerias
 internacionais com o UNOPS e BID.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

O Planejamento de longo prazo passa a ser fundamental para otimizar os recursos disponíveis, promovendo mais benefícios à sociedade, e servindo de ferramenta para melhorar o desempenho organizacional das diversas áreas.

A Participação dos parceiros públicos e privados, com informações e avaliações do resultado do trabalho,



se faz prioritária no intuito de garantir melhorias na organização e na gestão da SINFRA. Desta maneira o que se pretende para os próximos 4 anos é:

- Aumentar a quantidade de rodovias estaduais pavimentadas com a continuidade dos
 Programas Mato grosso Pro Estrada I, Pró-Concreto e implantação do Pró-Estrada II: Construção e reconstrução de rodovias, aumento da densidade da malha pavimentada, ofertar ao menos um acesso pavimentado aos municípios sem ligação asfáltica, construção de pontes de concreto,
- Viabilizar grandes eixos logísticos multimodais dando continuidade na implantação do Plano

Diretor de Logística de Transporte: aumento da extensão da malha ferroviária, aumento dos portos secos na extensão das futuras ferrovias, habilitação da operação da hidrovia Paraguai-Paraná de Santo Antônio das Lendas até Nueva Palmira (Uruguai).

- Manter e melhorar a qualidade das rodovias estaduais com a continuidade dos programas pró- Estradas Concessões e Pró-Estradas Manutenção:
- Concluir e acompanhar os contratos de Concessão de 533 km do programa, sendo: 111,9km em Alto Araguaia; 188,6 em Alta Floresta; 233,2 em Tangará da Serra;
- Consolidar a implementação das PMIs de outros 2.600 km sem rodovias não concessionadas;
- Consolidar o Pedágio Caipira, parceria para manutenção de rodovias com as associações sem fins lucrativos através de uma cobrança de pedágio mais módica;
- Incentivar mais parcerias com associações sem fins lucrativos nas rodovias não pavimentadas que tenham um alto grau de importância regional;
- Fortalecer a Operação de Rodovias, para gerenciar as necessidades de manutenção das rodovias entregues e melhor gerenciamento dos ativos;
- Consolidar a metodologia de manutenção no estado;
 - Desenvolver o transporte aéreo do Estado com o prosseguimento do programa Pró-Aero visando aumentar número de cidades com vôos comerciais, ampliar número de aeroportos sob tutela do Estado e concretizar ações para a privatização de 5 aeroportos.
 - Melhorar o transporte intermunicipal do Estado com a continuidade do programa Pró-Transporte Intermunicipal e a conclusão do processo de Concessão da Rodoviária de Cuiabá entre outras:
 - Consolidar o planejamento e a gestão de Infraestrutura:
- Concluir a implantação da Central Infra.
- Concluir e dar andamento nos projetos do grupo denominado "Projetão": Carteira de obras com
- 3.500 kms de rodovias estaduais que poderão ser pavimentadas ou restauradas, conforme



prioridades e/ou e entrada de recursos. A carteira de obras prevê ainda a elaboração de projetos de 548 "obras de artes especiais", que incluem pontes, bueiros, rotatórias, entre outros.

- Implementar a sistemática de monitoramento dos ativos da SINFRA, através de parceria com o BID.
 - Tornar mais eficiente a captação e gestão de recursos buscando novos financiamentos nacionais e internacionais capazes de cobrir as lacunas que os recursos do Estado não supre, garantir melhorias no processo e gestão para os recursos do FETHAB.



FOMENTO AO SETOR PRODUTIVO E POLÍTICAS SETORIAIS

CONTEXTO EM 2015

Foi encontrado um cenário de destruturação dos órgãos e entidades responsáveis pelas políticas de Desenvolvimento Econômico: insegurança jurídica, ausência de uma política estruturante definindo diretrizes e prioridades, prédios públicos em condições insalubres de trabalho, corpo técnico insuficiente, ausência de procedimentos e processos agilizando resposta ao setor privado, ausência de banco de dados e informações para tomada de decisão, empresas e autarquias ineficientes e deficitárias.

O trabalho a partir de 2015 foi o de diagnosticar principais gargalos e criar as bases para a construção de uma Política de Estado de Desenvolvimento Econômico que ordene e dê diretrizes claras para o setor privado resultando em geração de emprego, renda e qualidade de vida para a população.

COMPROMISSOS ATENDIDOS

AGRICULTURA E DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL

- Mudanças na legislação possibilitaram a expansão da piscicultura e a atração de indústrias.
 Entre elas, a Lei nº 10.563, de 12 de julho de 2017, que prorrogou por 10 anos a isenção para comercialização de pescado, e a Lei nº 10.669, de 16 de janeiro de 2018, que autorizou a produção de peixes exóticos em sistemas de tanque-rede, antes autorizado apenas em viveiros escavados.
- Criado o IMAC/Instituto Matogrossense da Carne: primeiro instituto do País neste segmento e o
 sexto do mundo criado com o objetivo promover a carne de Mato Grosso, fortalecendo a cadeia
 com transparência, respeito e obediência a protocolos socioambientais, abertura de novos
 mercados, fortalecendo e agregando valor a carne produzida em Mato Grosso.
- Criada a PCI Estratégia Produzir, Conservar e Incluir para desenvolvimento social e econômico por meio do uso sustentável do território. Esta visão materializa-se em um amplo plano de metas em seus três eixos, produção com preservação ambiental e inclusão social, construído em um processo participativo que integra as agendas de atores públicos, privados e da sociedade civil. É uma estratégia compartilhada com as Secretarias SEAF e Setas cujos resultados alcançados:
- Captados 17 milhões de euros da Cooperação Econômica Alemã e 24 milhões de libras do governo britânico, que serão investidos em atividades diretamente ligadas à implementação da PCI.



- Parceria com o IDH, Iniciativa para o Comercio Sustentável da Holanda já investiu 2,5 milhões de euros na Estratégia PCI, e recursos similares em projetos de campo, com parceiros como o Carrefour e outros.
- Fomento à agregação de valor e verticalização das principais cadeias produtivas, corroborando para a instalação de agroindústrias em Mato Grosso a exemplo das usinas de etanol de milho no norte do estado.
 Atualização da Lei e Decreto de Defesa Sanitária Animal,
- Emissão de GTA online com finalidade de abate para produtores de todo Estado e estabilização do Sistema através da Empresa mato-grossense de Tecnologia da Informação MTI.
- Efetivada PPP com os fundos de Saúde Animal, Suínos e Sementes que proporcionaram incrementos nas ações de defesa como: treinamentos, melhorias estruturais dos escritórios (quase 100 Unidades serão reformadas), aquisições de materiais, mobiliários, veículos (renovação de 30% da frota) e implantação de fiscalizações volantes e do Posto Fiscal em Guarantã do Norte e reativação do Posto Fiscal em Vila Rica.
- Reconhecimento Internacional pela OIE de Estado livre de Peste Suína Clássica, que contribuiu para o aumento de 44% na produção de suínos em MT de 2014 a 2018.
- Convênio e Termos de Cooperação com o Ministério da Agricultura em todos os anos de Governo, que perfizeram mais de 10 milhões de reais em custeio das ações e investimento; adesão do Estado ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), permitindo a equivalência do Serviço de Inspeção Sanitária Estadual do Estado de Mato Grosso (SISE/MT) com o Serviço de Inspeção Federal (SIF).
- Modernização do Calendário do Vazio Sanitário e Plantio do Estado, garantindo maior segurança sanitária às culturas.
- Retornadas atividades de Identificação de Madeira, que auxilia os órgãos de fiscalização ao meio ambiente.
- Convenio SUASA Vegetal com o MAPA que proporcionou ao INDEA realizar a fiscalização da qualidade das sementes produzidas e comercializadas.
- Parceria com prefeituras para abertura Postos Avançados de Atendimento ao Público em 5 comunidades de difícil acesso para o produtor.
 - Cumprimento de Planos de Cargos e Salários de todas as categorias do INDEA, hoje o órgão possui o melhor salário a nível nacional para agente de fiscalização e o segundo melhor salário para os Fiscais Estadual Agropecuário.
 - Primeiras exportações do Mato Grosso de suínos vivos e bovinos vivos para a Argentina, Bolívia e
 Paraguai diretamente, e para países do Oriente Médio através dos estados do Pará e São Paulo.
 - Criação de nova Unidade Regional de Juara e revitalização do Complexo do Centrin com apoio do Fundo



Mato-Grossense de Apoio à Cultura da Semente (FASE-MT).

AGRICULTURA FAMILIAR E ASSITÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

- Entregas de equipamentos trazendo tecnologia e valorizando pequenos produtores: 243 tratores,
 708 Implementos, beneficiados 137 municípios Associações e cooperativas da agricultura familiar e
 de Povos das Comunidades Tradicionais.
- Criação em 2015, da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários—SEAF e do Sistema Estadual da Agricultura Familiar com a elaboração do Plano Estadual da Agricultura familiar pela SEAF em parceria com IPAM, e em fase de implementação pelo Programa Matogrossense de Municípios Sustentáveis/PMS.
- Fortalecimento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e manutenção do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com a parceria CAISAN\SETAS e a Implementação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Elaboração e implementação do Plano Estadual de Economia Popular Solidária e Conselho Estadual de Economia Solidária -CESOL. Promoção da Agroecologia e da Produção Orgânica na Agricultura Familiar: Apoio ao projeto AgroanaGirale Horta Santa Edwiges.
- Promoção da Atividade Florestal de Produção Familiar: criação da Câmara Técnica da Atividade
 Florestal de Produção Familiar e reativação/reestruturação do Conselho Gestor do MT Floresta.
- Promoção da Cadeia Produtiva da Avicultura Tipo Caipira na Agricultura Familiar: implantação de uma URT na EscolaAgro técnica de Poxoréu em 2017 e promoção da Cadeia Produtiva da Horticultura na Agricultura Familiar.
- Grupo de trabalho para desenvolvimento da olericultura e fruticultura no vale do Rio Cuiabá (Parceria SEAF, EMPAER, GDR, AGEM).
- Grupo de trabalho da irrigação MT (Parceria SEAF, SEDEC, EMPAER, SEMA, GDR, ENERGISA, APROFIR, FAMATO, MT-FOMENTO E OUTRAS) Núcleo gestor da parceria EMBRAPA X SEAF X EMPAER e participação do SENAR e do MAPA.
- Promoção e fomento da Cadeia Produtiva da Piscicultura na Agricultura Familiar: Programa
 PROPEIXE- PROPIRARUCU nos municípios de Poxoreu, Alto Paraguai, Santo Antônio do Leverger,
 Acorizal, Barão de Melgaço, Sinop, Alto da Boa Vista;
- Crédito Fundiário: Fortalecimento do Programa Nacional de Crédito Fundiário em Mato Grosso, ações de monitoramento parcial dos 216 projetos e 7.830 famílias do Programa Nacional do Crédito Fundiário.



- Recuperação, regularização ocupacional e financeira em assentamentos.
- Destinação de 7 a 10% do FETHAB 2 óleo diesel conforme Lei 10.480 de 20.12.2016 para
 Fortalecimento da Politica Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar da Lei 10.516-02.02.2017.
- Instituído o Programa Estadual de Apoio e Fortalecimento ao Comercio Popular das Feiras de MT PRO- FEIRAS, objetivando revitalizar, reorganizar, reestruturar e adequar o funcionamento das feiras; implantado e reestruturado as Feiras fixas, projeto no valor de R\$ 7.332.623,70, e entregas de 640 barracas de feiras Total de R\$ 10.448.911,00.
- Efetivado programa de Modernização do Mercado Hortifrutigranjeiro (PROHORT), em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento em Mato Grosso (Conab-MT), Prefeitura de Cuiabá, EMPAER E CEASA.
- Programa PRO HORTAS ESCOLARES em 42 escolas estaduais do campo, em parceria com SEAF\CEFAPRO\SEDUC
- Programa PROCAFÉ de Revitalização com objetivo de fomentar e fortalecer a cadeia produtiva do café:
- Programa PROARROZ implantado em parceria com o MT Desenvolve, EMPAER, Prefeitura Municipal, para famílias dos municípios de Rosário Oeste e Nobres.
- Programas PROLIMÃO e PROBANANA para fomento das cadeias produtivas, na região médio norte e norte do Estado, com capacitações continuada de técnicos e Dia de Campo em parceria com EMPAER, EMBRAPA e outras instituições parceiras.
- Lei 10.502 de 18 de janeiro de 2017 do SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial
- Familiar e de Pequeno Porte) para facilitar a inspeção e comercialização dos produtos da agricultura familiar entre os municípios mato-grossense.
- Reativação da Central de Comercialização da Agricultura Familiar:
- Atacadão da Agricultura Familiar" atende 170 famílias de 10 municípios da Baixada
 Cuiabana comercializando cerca de R\$ 200 mil pormês.
- Revitalização da "Feira da Agricultura familiar" que proporciona a comercialização direta ao consumidor de produtos frescos e de qualidade com preços mais baixos.
- Remanejamento, revitalização e regularização de agroindústrias do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA).
- Núcleo Técnico em mercados Institucionais com o objetivo de ampliar a participação dos produtos da Agricultura Familiar.
- CEASA: licitação para concessão da outorga da Central de abastecimento tendo início com a Manifestação de interesse privado da Companhia de Desenvolvimento Paulista - CPD e da Benvenuto Engenharia S/S LTDA, para elaboração da modelagem para implantação da Central de Abastecimento do Estado de Mato Grosso/CEASA:



- A Empaer-MT atuou em 94% dos municípios do Estado e prestou os serviços de pesquisa, assistência técnica e extensão rural realizando aproximadamente 406.926 atendimentos, atendendo 32.559 famílias, o que corresponde a 45.181 agricultores(as) familiares beneficiados, alcançando 32% das famílias no Estado.
- Integração para o desenvolvimento sustentável local com a participação nos trabalhos realizados por 58 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e de outros 31 Conselhos (saúde, segurança alimentar e outros) em 58 municípios.
- Promoção da inclusão social do agricultor familiar: Educação e segurança alimentar, educação sanitária, educação ambiental, saúde preventiva, integração sócio- econômica e cultural, turismo rural e artesanato.
- Pesquisa tecnológica para agricultura familiar com o suporte financeiro de entidades parceiras.
 Geração, adaptação e transparência de tecnologia.
- Fomento para aquisição de insumos para agricultura familiar: produzidos e disponibilizados para comercialização junto aos agricultores (as) familiares, 2.429.341 insumos (mudas, alevinos, matrizes e reprodutores suínos e análises laboratoriais).
- Ampliação da estrutura física da Empaer. Aquisição de 338 equipamentos/veículos, que foram disponibilizados a 83 unidades operacionais nas 12 regiões de planejamento, com o objetivo de reaparelhar as unidades operacionais.
- Melhoria da capacidade operacional com a qualificação dos serviços de Ater, Pesquisa e Fomento, com adequação da estrutura organizacional, ampliação da força de trabalho, reabertura de 08 unidades e abertura de 09 novas unidades operativas locais.
- Transparência na publicidade das informações no portal de transparência do governo a partir de 2017;
 site institucional realizado em parceria com a Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação
 MTI; Comitê de Publicações da Empaer-MT em recursos humanos e normas.

EMPREENDEDORISMO E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Ações e projetos desenvolvidos durante a gestão 2015-2018 que não estavam contempladas no Plano de Governo:

- Projeto de Lei das Micro e Pequenas empresas em tramitação final na Assembleia Legislativa Visa dar tratamento diferenciado e favorecido para as micros e pequenas empresas, fortalecendo o segmento.
- Criação do Fórum das Micro e Pequenas Empresas para debater e apoiar o desenvolvimento das Micros e Pequenas empresas.
- Elaboração de cartilha para o Microempreendedor (fonte: www.sebrae.com.br/sites/portalsebrae)



- Participação em 21 (vinte e uma) Feiras Estaduais de Artesanato onde foram beneficiados aproximadamente 1000 (mil) artesãos e trabalhadores manuais.
- Participação em 11 (onze) Feiras Nacionais de Artesanato onde foram beneficiados aproximadamente 500 (quinhentos) artesãos e trabalhadores manuais
- 22 (vinte e dois) CAEs inaugurados de 2015 a 2018; mais de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) MEIs atendidos nos 72 CAEs existentes (fonte: www.portaldoempreendedor.gov.br/estatísticas)
- Capacitação dos Agentes de Desenvolvimento Local responsáveis pelos CAEs emparceria com o SEBRAE e Desenvolve MT (agentes de crédito).
- A Desenvolve MT ampliou a oferta de crédito e o leque de possibilidades atuando com cerca de 10 modalidades diferentes. Atendendo ao micro, pequeno e médio investidor e ainda a agricultura familiar e 2 linhas para o setor de turismo.
- VOE MT: permitiu o estímulo e o desenvolvimento de novos destinos turísticos.

INDÚSTRIA, MINAS E ENERGIA

- A razão social da Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso de MT Fomento para Desenvolve MT foi aprovada através do Projeto de Lei (PL) 11/2016 que altera a Lei Complementar 140/2003 abarcando novas atribuições tais como: fomentar empreendimentos empresariais, atração de investimentos para Mato Grosso, possibilidade de operação em parceria com fundos de investimentos, além de operação com recursos próprios, promoção e divulgação do Estado na busca por investimentos, receptivo de potenciais investidores.
- Criação do Núcleo de assuntos Internacionais junto ao Gabinete de Governo primeira iniciativa do Estado de Mato Grosso visando estruturar e coordenar as ações internacionais no que diz respeito ao trabalho de inteligência e planejamento do setor, diplomacia, eventos, missões internacionais e estabelecimento de parcerias internacionais.
- Realização de convênio com CPRM para a continuidade da pesquisa do projeto Fosfato I. Realização do Projeto Fosfato II, citado anteriormente. Mapeamento do potencial de cavernas do Estado no intuito de alavancar o setor turístico nos municípios.
- Ações de promoção e prospecção de investimentos por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Desenvolve MT e Assessoria Internacional do Governo em parceria com empresários e entidades do setor: missões internacionais (China, Canadá, EUA), receptivo de delegações de empresários, elaboração de estudos prospectivos.



- Manutenção e ampliação do Escritório Regional de Peixoto de Azevedo, cooperação para abertura de escritórios descentralizados, parceria com o CETEM para certificação do ouro ético. Auxílio em conjunto com a Seaf à pequenos produtores rurais com corretor mineral de solo e apoio a pequenos mineradores na desburocratização de processos em órgãos estaduais e federais.
- Projeto em conjunto com o SENAI/MT para levantamento de demanda de consumo de gás natural em Cuiabá e Várzea Grande, especialmente no Distrito Industrial, e Rondonópolis. Missões, reuniões e eventos com participação do Governador de Mato Grosso e autoridades bolivianas visando articulação para parceria no fornecimento de gás natural, como também de seus subprodutos, além de ureia e demais derivados.
- Processo de municipalização dos Distritos Industriais de Cuiabá e Cáceres.

TURISMO

- Novo cenário para o turismo mato-grossense, com a promoção e acesso a novos mercados
 por meio de participação em eventos nacionais e internacionais de interesse do destino e a
 realização de obrasestruturantes que têm elevado Mato Grosso a um novo estágio de seu
 desenvolvimento como é o caso do Prodestur.
- Foco no protagonismo dos territórios, com a valorização da sustentabilidade, o fortalecendo das governanças através da Política de Regionalização, estímulo e o desenvolvimento de novos destinos turísticos, além da implementação do Conselho Estadual de Turismo.
- Aumento gradativo no setor de turismo em número de empregos, de acordo com dados da RAIS, monitorados pela SEDEC (2017).
- Foram realizados investimentos na ordem de R\$ 161 milhões, com destaque para a pavimentação da Rodovia MT 241; Terminal Turístico e Lazer da Salgadeira; Trincheira/Entroncamento da saída para Guia e Chapada dos Guimarães; Revitalização Memorial Rondon; Substituição de Pontes na Transpantaneira; Pavimentação Asfaltica destino Nobres; Pavimentação Asfaltica MT 020 – Chapada Dos Guimarães.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

AGRICULTURA E DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL



- Apoiar o setor produtivo no fortalecimento de suas ações visando o desenvolvimento sustentável da agropecuária estadual;
- Manter os programas de sanidade animal, com ações específicas nos municípios de fronteira, garantindo a qualidade da nossa carne;
- Promover a Piscicultura e Adensamento de Cadeias Produtivas Agropecuárias do Estado;
- Promover ações que visam à agregação de valor e verticalização das principais cadeias produtivas;
- Continuar a política de apoio a abertura de mercados para exportação de produtos agropecuários e de atração de novos investidores;
- Dar continuidade a Modernização dos Sistemas Informatizados utilizados pelo INDEA com a liberação de emissão online de GTA pelo produtor para outras espécies, outras finalidades e outros controles sanitários de seu rebanho;
- Executar as diretrizes estabelecidas no Plano Estadual da Agricultura Familiar lançado em 2017.
- Executar as diretrizes estabelecidas para o Plano Estadual da Economia Solidária elaborado em 2018.
- Promover e incentivar: Agroecologia, Produção Orgânica, Atividade Florestal e agroflorestal.de Produção Familiar.
- Manter e ampliar a promoção das Cadeias produtivas: Produtiva da Horticultura na Agricultura Familiar, Avicultura Tipo Caipira, Piscicultura na Agricultura Familiar desburocratizando e facilitando a implantação de empreendimentos com baixo impacto ambiental
- Promover a Cadeia Produtiva do Leite PRO LEITE na Agricultura Familiar com a universalização da infra estrutura de mais 1000 resfriadores de leite e mais 10 caminhões tanques isotérmicosem 95 municípios
- Promover e incentivar as Cadeias de Produção Florestal Extrativista e da Sócio biodiversidade na Agricultura Familiar- Castanha do Brasil, Cacau, Pequi, Cumbaru, Pupunha, Açaí, Cupuaçu e Café
- Ampliar e manter a promoção do acesso a água potável e de produção na Agricultura Familiar
- Promover o Associativismo e Cooperativismo na Agricultura Familiar
- Fortalecer e monitorar o Programa Nacional de Crédito Fundiário em Mato Grosso promovendo a reestruturação das equipes técnicas da SEAF e infraestrutura dosprojetos, e implementação de novos projetos
- Programa de capacitações continuada de todas as Cadeias Produtivas trabalhadas em parceria com a EMPAER, EMBRAPA, SENAR, OCB e Demaisparceiros



- Promover o programa PROPIQUI, incentivando, cultivo, consumo, comercialização e transformação
- Promover a mecanização da Agricultura Familiar com repasse de equipamentos agropecuários tratores, implementos agrículas e agroindústria para desenvolvimento das Associações e Cooperativas de agricultores familiares.
- Ampliar as ações do Programa Estadual de Apoio e Fortalecimento ao Comercio Popular das Feiras de MT - PRO-FEIRAS
- Manter e ampliar os programas: PROHORT e o Boletim de preços, PRO HORTAS ESCOLARES, PROCAFÉ, PROARROZ, PROLIMÃO.
- Implementar a Lei 10.502 de 18 de janeiro de 2017 do SUSAF (Sistema Unificado
 Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte) com objetivo de
 facilitar a inspeção e comercialização dos produtos da agricultura familiar entre os
 municípios mato-grossense através da estruturação dos consórcios regionais
- Implantar a lei estadual para produção comercialização de produtos artesanais de Mato Grosso.
- Implantar novos Polos Regionais de Comercialização para a Agricultura Familiar.
- Implantar a Política de Plantas Medicinais, publicada na Portaria 001/2017/SEAF-MT do Estado.
- Contribuir com o acesso às políticas públicas (crédito rural, PAA, PNAE, PNHR, PAAF, Aposentadoria e Auxílio Maternidade para segurados especiais) aos agricultores (as) familiares e promoção à cidadania.
- Promover o desenvolvimento e consolidação da cadeias produtivas predominante na Agricultura familiar.
- Capacitar agricultores (as) familiares em tecnologia de produção e processamento de produtos das cadeias agropecuárias;
- Fomentar a diversificação e a melhoria da produção, produtividade e qualidade dos produtos da Agricultura Familiar, através da produção e disponibilização de mudas, alevinos, suínos, entre outros, de boa qualidade e com preços acessíveis aos agricultores(as);
- Ampliar a abrangência dos serviços de Pesquisa, Fomento, Assistência Técnica.
- Articular parcerias dos órgãos que atuam no meio rural com vistas ao desenvolvimento regional sustentável de forma participativa.

EMPREENDEDORISMO E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

 Fomentar o empreendedorismo e as micro e pequenas empresas por meio de parcerias com entidades que representam o segmento, como o SEBRAE;



- Criar novas linhas de crédito e financiamento aos setores prioritários;
- Dar continuidade a implantação da Rede Nacional para simplificação do registro e da legalização de empresas e negócios- REDESIM, em todos os municípios do Estado do Mato Grosso;
- Fortalecimento dos micros e pequenas empresas por meio da aplicação do Estatuto Estadual das micro e pequenas empresas;
- Incentivar as linhas de créditos específicas para micro e pequenos empreendedores;
- Inaugurar novos Centros de Atendimento Empresarial CAEs até 2022 e apoiar a reestruturação dos centros antigos;

INDÚSTRIA, MINAS E ENERGIA

- Dar continuidade a política de desenvolvimento da cadeia da produção mineral de Mato Grosso;
- Transformar a METAMAT no Serviço Geológico do Estado de Mato Grosso;
- Contratar junto ao Serviço Geológico do Brasil o mapa Hidrogeológico do Estado de Mato Grosso com o objetivo de identificar regiões com aqüíferos para a produção de água subterrânea par abastecimento das cidades com mais de 20.000 habitantes e os mais de 600 assentamentos rurais de Mato Grosso;
- Elaborar o Plano Diretor da Mineração da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.
- Manter o Programa de Incentivos Fiscais como instrumento de atração e fortalecimento do setor empresarial de Mato Grosso.
- Continuar a revisão da carga tributária dos diversos setores, visando dar competitividade às empresas, gerar emprego e renda no Estado;
- Continuar as alterações de normas e procedimentos visando a segurança jurídica necessária ao setor empresarial.
- Continuar a política de concessões e Parcerias Público-Privada (PPPs), via MT Parcerias (MT-PAR) principalmente na área de infraestrutura.
- Ampliar os investimentos em tecnologia através de uma plataforma virtual de serviços e ferramentas que agilizem a atividade empresarial, reduzindo tempo e custo para o setor;
- Dar continuidade a implantação de infraestrutura básica e operacional na Zona de Processamento de Exportação ZPE de Cáceres.
- Ações para realização de contrato firme para fornecimento em maiores volumes de gás natural a partir de 2019 de modo a atender os setores econômicos.

TURISMO



- Dar continuidade aos programas de qualificação e qualidade no setor;
- Ampliar o investimento público na implantação de infraestrutura básica e de apoio aos destinos turísticos;
- Fortalecer a governança local dos destinos na esfera municipal;
- Promover e apoiar a comercialização de produtos turísticos priorizados pela Política Estadual de Turismo;
- Ampliar as linhas de crédito para o setor do Turismo;
- Apoiar políticas de conscientização turística destacando a importância da preservação ambiental;
- Incentivar a prática de esportes realizados na natureza, tais como, rafting, mergulho, trekking (trilhas), mountain bike escalada;



EIXO 5 GESTÃO EFICIENTE, TRANSPARENTE E INTEGRADA

CENÁRIO FISCAL E TRIBUTÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO

A liquidez das contas públicas estaduais foi fortemente reduzida pelas escolhas e iniciativas de governos anteriores que ocasionaram o aumento de despesas e a redução do potencial de crescimento das receitas públicas a partir de 2015. Dentre essas escolhas que geraram perda de receita e aumento de despesas permanentes com alto grau de rigidez, merecem ênfase: as leis aprovadas pelo governo anterior alterando a política salarial de diversas carreiras estaduais; o pagamento dos empréstimos tomado para realizar as obras da copa do mundo de futebol; a dolarização de parte da dívida pública estadual com o Bank of America; o aumento das concessões de renúncias fiscais no período de 2011 a 2014; a implantação das emendas parlamentares impositivas. Por conseguinte, a diferença entre o que o governo gasta e o que arrecada aumentou muito mais nos últimos anos, o que resultou na atual crise de liquidez, insustentável.

No que tange à gestão tributária, em 2015 o modelo aplicado gerava em média 6 mil processos de impugnação de lançamento tributário por mês, em razão de cobranças indevidas e baixa capacidade de repressão à sonegação fiscal, da legislação tributária então vigente, das normas internas, processos e métodos de trabalho, e distribuição da força laboral, que tornavam ineficiente a ação dos servidores fiscais. Além disso, havia um regime tributário estadual complexo e com grande instabilidade das normas.Como consequência, havia enorme lacuna entre o potencial de arrecadação da economia do Estado e o que efetivamente era recolhido aos cofres públicos. Entre 2009 e 2013 arrecadação do ICMS cresceu apenas 48,6% enquanto a arrecadação federal em Mato Grosso cresceu 104%.

COMPROMISSOS ATENDIDOS

- Concentrados recursos nas áreas-chave da prestação de serviços à população.
- Promovida a revisão da atual estrutura de fundos vinculados ao orçamento estadual, simplificando a estrutura orçamentária.
- Ampliados e unificados os canais de transparência do Estado, com simplificação e facilitação do acesso da população aos dados orçamentários, financeiros e administrativos de todo o Estado.
- Estabelecidos programas de incentivos ao consumidor para exigência da nota fiscal nos moldes da nota fiscal



paulista.

- Realizados investimentos em serviços de informação e inteligência fiscal, bem como na capacitação e na instrumentalização do fisco para combater a fraude e a sonegação fiscal potencializando o aumento da arrecadação do ICMS sem aumentar a carga nominal, o que possibilitará a redução da carga tributária para micro e pequenas empresas.
- Reestruturada a administração tributária para reduzir as cobranças indevidas e tornar transparente e eficiente o contencioso administrativo.
- Reduzido a complexidade do regime tributário estadual e a instabilidade das normas, de forma a criar uma relação equilibrada e transparente com o contribuinte e a garantir a segurança jurídica nas relações tributárias.

FISCAL

- Metodologia adotada no documento "Orçamento Base de Gastos", prioriza as despesas essenciais e de políticas das áreas finalísticas, por prestarem serviços diretamente à população. Áreas prioritárias para 2018:
 - Educação: a Constituição Federal aporte mínimo de 25 % das receitas de impostos e transferências e a Constituição Estadual 26,5%, sendo que a LOA está destinando 27,2%;
 - Saúde: orçamento de 13,7%, quando a disposição constitucional prevê 12% das receitas próprias do estado.
 - Segurança pública: permaneceu o cenário de incremento do orçamento do órgão, verificado nos últimos quatro exercícios.
 - Infraestrutura: mantido o adicional do Fundo Estadual de Transporte e Habitação FETHAB, de forma a assegurar a manutenção e a construção de novas estradas, desenvolvimento urbano, com obras de saneamento básico, habitação e mobilidade urbana.
- Reduziu-se o custeio administrativo e ampliou-se a recuperação de receitas estaduais com
 intuito de evitar o colapso financeiro e criar espaço fiscal para implantação de novas iniciativas
 governamentais, especialmente, nas áreas prioritárias de saúde, segurança, educação e assistência
 social, estas iniciativas coadunam com o que foi adotado por esta gestão nos Compromissos.
- Emenda Constitucional nº 81 (EC. 81), proposta pelo Governador Pedro Taques, aprovada e sancionada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em novembro de 2017, que estabeleceu um novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) por um período de cinco anos (2018-2022).
- Elaborado estudo dos Fundos existentes no estado, verificando parâmetros como legislação, aplicabilidade, resultados alcançados, finalidade, entre outros.
- Lei Estadual nº 10.496/2017, de iniciativa do Poder Executivo do Estado, que fixou prazo de
 180 (cento e oitenta) dias para envio dos débitos tributários e não tributários para a PGE/MT após



a constituição definitiva. Tornou o trabalho da PGE/MT mais eficiente e também diminuiu o número de processos no Judiciário local.

- Criação de um script no Sistema da Dívida Ativa SADA: permitiu a inscrição em lote, com geração de log de erro em casos específicos, o que permitiu que o que antes era feito de forma manual, uma inscrição por vez, fosse efetivado de maneira automatizada.
- Definição de estratégias e metas a serem alcançadas pelos colaboradores da PGE/MT : incremento vertiginoso no número de protestos dos débitos que estavam na PGE/MT e da arrecadação da Dívida Ativa.
- Programa de acompanhamento e gestão processual na Subprocuradoria-Geral Fiscal, o que fez com que se automatizasse a distribuição interna de processos na Procuradoria e também houvesse maior controle administrativo e até jurídico da atuação dos procuradores e servidores.
- Guichê exclusivo do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil IEPTB/MT: Iniciativa inédita no Brasil, em que os contribuintes, após quitarem ou renegociarem suas dívidas na Subprocuradoria-Geral Fiscal, podem, no mesmo ambiente, pagar os emolumentos cartorários e ter seu nome baixado da lista de protestos.
- PGE no Ganha Tempo: Até o mês de junho de 2018 já são quatro postos de atendimento
 (Ganha Tempo de Sinop, Ganha Tempo do CPA, Ganha Tempo de Rondonópolis e Ganha Tempo da
 Praça Ipiranga Cuiabá). O serviço realizado é de negociação dos débitos inscritos na dívida ativa,
 sejam tributários ou não tributários.

TRIBUTÁRIO

- Governo e a administração tributária estadual perseguiram incessantemente a estabilidade das normas, reduzindo significativamente a edição de atos normativos que alteram as regras tributárias. A título de comparação, entre 2011 e 2014, foram editados 947 decretos com regramentos tributários, enquanto que, entre 2015 e julho de 2018, esse número caiu para aproximadamente a metade.
- Em relação à redução da complexidade do regime tributário, desde 2016 estabeleceu-se um intenso debate com a sociedade para a construção de uma nova Lei do ICMS, que teve como uma das principais premissas a simplificação das obrigações tributárias.
- Criação na estrutura da SEFAZ da Secretaria Adjunta de Atendimento ao Cliente,
- Desenvolvimento do projeto de relacionamento com o contribuinte, baseado no conceito "CitizenRelationship Management (CzRM)" que busca melhorar a inteiração com o cidadão. O projeto entrará em produção a partir de setembro/2018.
- Reestruturação da administração tributária que possibilitou a redução significativa de cobranças indevidas. Como resultado dessa medida, houve redução drástica do número de impugnações de lançamentos tributários: caindo de 6 mil impugnações de lançamento tributário por mês, em 2014 para 2,5 mil em 2018.



- Promoção de debate com diversos setores da sociedade para construção de um Projeto de Lei do Processo Administrativo Tributário, de forma a oferecer um PAT simples, claro e justo, visando tornar o contencioso administrativo tributário transparente e eficiente.
- Decreto nº 25/2015 instituindo o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos CIRA, desestimulando com isso a sonegação e a inadimplência. No âmbito da administração tributária e da polícia judiciária civil foram desencadeadas operações de combate à sonegação fiscal, visando à desestruturação de organizações criminosas, entre elas podemos citar a "Operação Nota Fria" e a "Operação Crédito Podre".
- Núcleo de Inteligência e Investigação Fiscal no âmbito da Secretaria de Fazenda, que tem como objetivo produzir e compartilhar informações e conhecimentos reveladores de práticas estruturadas lesivas à Fazenda Pública Estadual.
- Reestruturação do serviço de fiscalização, com revogação de normas obstrutivas da atuação fiscal e redistribuição das atribuições internas.
- Reestruturação do Conta Corrente Fiscal;
- Implementação de ações conjuntas entre SEFAZ e PGE, inclusive com integração entre os sistemas dos dois órgãos, promovendo melhor efetividade na realização do crédito tributário;
- Implantação do acompanhamento das decisões judiciais que afetam o crédito tributário, visando dar maior agilidade no restabelecimento dos créditos tributários confirmados;
- Aquisição e utilização de ferramentas de inteligência e mineração de dados, para detectar fraudes e comportamentos lesivos à receita estadual, em tempo real;
- Aperfeiçoamento da declaração do ITCD, proporcionando ao contribuinte que declare e apure o imposto devido, para posterior homologação do fisco;
- Reestruturação e modernização de fiscalização de trânsito de mercadorias.
- Mesmo em tempos de crise e sem aumento nominal da carga tributária, houve um crescimento da arrecadação do ICMS em 29% entre 2015 e 2017. Com esses resultados alcançados na arrecadação do ICMS foi possível reduzir a carga tributária para micro e pequenas empresas, deixando de utilizar o sublimite de receita bruta anual para enquadramento das empresas a partir de 2017. Além disso, o governo ampliou o número de empresas beneficiadas com a redução da carga tributária (redução de base de cálculo) na antecipação do ICMS.
- Programa denominado "Nota MT", que tem como principais pilares a conscientização da sociedade sobre a gestão fiscal; Valorização de iniciativas cidadãs de apoio e exercício da cidadania fiscal;
 Premiação, mediante sorteio, do consumidor que exigir do fornecedor o documento fiscal hábil.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022



FISCAL

- Equilibrar as contas públicas estaduais, mediante execução das medidas de ajuste fiscal previstas na Emenda Constitucional Estadual nº. 81/2017, com foco na obtenção da sustentabilidade financeira do Estado como instrumento para elevar capacidade de investimento com recursos próprios e a oferta de serviços públicos de qualidade;
- Implementar uma política fiscal integrada e sistêmica, compreendendo as políticas tributária e do gasto público;
- Subsidiar a execução de projetos de investimentos estruturantes e estratégicos para fomentar a atividade econômica do Estado e ampliar o fluxo de receitas públicas futuras;
- Melhorar a eficácia na arrecadação de tributos estaduais;
- Promover ações transversais de melhoria da qualidade e eficiência da gestão das finanças públicas estaduais;
- Estabelecer cooperações institucionais capazes de manter uma relação colaborativa de governança fiscal entre os atores envolvidos na execução das ações governamentais, especialmente, os Poderes Constituídos, entidades da sociedade civil organizada e municípios;
- Ampliar as práticas de transparência e controle social da gestão das finanças públicas do Estado.
- Expansão do atendimento da PGE no Ganha Tempo;
- Finalização das integrações entre os sistemas da SEFAZ e da PGE, especialmente para emissão de certidão conjunta de débitos (integração certidão), envio automático e troca de informações dos débitos entre PGE e SEFAZ (integração SADA-conta corrente fiscal), o que tornará mais célere a comunicação entre os órgãos em prol da eficiência e da velocidade no atendimento ao contribuinte;
- Integração do Sistema SADA com o Sistema CRA Central de Remessa de Arquivos para protestos das dívidas para envio de forma automatizada dos débitos para protesto o que permitirá uma redução da equipe e incremento na velocidade do envio;
- Celebração de convênio ou realização de contratação para melhor identificação dos perfis de devedores, qualidade do crédito, fornecimento de bancos de dados atualizados e identificação da solvabilidade dos contribuintes devedores;
- Classificação dos débitos inscritos em Dívida Ativa nos mesmos moldes realizados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para que os esforços extrajudiciais e judiciais sejam concentrados nos débitos de maior solvabilidade, assim como para definição de estratégias de cobrança por perfil do devedor e da dívida.
- Implantação de Câmaras de Conciliação para processos da área da saúde e referente a



servidores públicos;

TRIBUTÁRIO

- Estabelecer uma nova regulamentação para o sistema tributário estadual, com a aprovação junto à Assembleia Legislativa do Projeto de Lei do ICMS construído de forma democrática, em conformidade com a Constituição Federal, Estadual e Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996:
- Tornar o processo administrativo tributário simples, transparente, justo e eficiente a partir da aprovação do Projeto de Lei do Processo Administrativo Tributário;
- Implementar o Programa "Nota MT", de incentivo ao consumidor para exigência da nota fiscal;
- Rever a forma de fruição de benefícios fiscais, assegurando a aplicação de critérios objetivos e limites máximos, isonômicos e garantidos aos investidores.
- Melhorar o sistema de relacionamento com o contribuinte, baseado no conceito "CitizenRelationship Management (CzRM)" com implantação do canal de atendimento digital personalizado.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2015 foi diagnosticada a necessidade de melhoria no planejamento estratégico dos órgãos e entidades envolvidas no processo de gestão, assim como a melhoria dos canais para alinhamento do nível estratégico com os níveis tático e operacional.

COMPROMISSOS ATENDIDOS

- Reorganização da rede de parceiros para a operacionalização do modelo de gestão.
- Modernização dos mecanismos institucionais e operacionais.
- Democratização do processo de planejamento.
- Fomento às atividades de pesquisas e estudos essenciais ao monitoramento dos indicadores econômicos, sociais e ambientais que norteiam as políticas.
- Integração da programação financeira do Tesouro e a gestão de compras.
- Desenvolvido um portal de compras estadual, automatizando o processo de licitação e compras governamentais.
- Reduzido os cargos de nomeação política 73% dos cargos comissionados são ocupados por servidores de carreira.



- Concepção de um banco de dados estadual com as informações resumidas das compras.
- Resgatado o papel da Escola de Governo como propulsora do desenvolvimento profissional.
- Fortalecimento por meio de colaboração técnica das ações do Governo Estadual com os Municípios e União.
- Promover o alinhamento do controle interno com o planejamento e avaliação dos resultados.
- Fortalecer os canais de ouvidorias.
- Fortalecer a estrutura central de controle interno do Estado.

PLANEJAMENTO

- No exercício de 2016 foi realizada a capacitação da equipe central de planejamento em metodologias de planejamento e gestão estratégicas, ministrada pela Fundação Dom Cabral.
- Pela primeira vez foram capacitados CGE, TCE, AL e OSC pelo setor de convênios do
 estado, realizados fóruns estaduais de convênios, parceria com os consórcios municipais para
 que a capacitação alcançasse o interior sem custo para o estado e Curso EAD de Convênios em
 Mato Grosso.
- Manutenção do processo de monitoramento das ações finalísticas das áreas de saúde,
 educação, segurança, infraestrutura e cidades, com a realização de apresentação semestral à ALMT,
 conforme previsão da LDO.
- Produtos cartográficos referente ao ano de 2017/2018, atualizados e disponibilizados a sociedade:
 Limites municipais e estadual atualizados, mapa rodoviário atualizados, áreas protegidas atualizadas,
 mapa de vegetação atualizadas.
- Implementação de módulo no Observatório de Gestão, contemplando painéis referentes ao
 PPA (programação, metas e indicadores), Acordos de Resultados e Monitoramento.
- Estruturação das bases de dados de planejamento, as quais foram inseridas e organizadas no Banco de Dados Corporativo da SEPLAN, possibilitando a criação de painéis para geração de informações gerenciais.
- Elaboração da Conjuntura econômica do estado de Mato Grosso, monitoramento do índice de Condições e Qualidade de Vida - ICQV do estado de Mato Grosso, considerando as variáveis sobre: educação, saúde, saneamento, emprego e renda, polarização urbana e assistência social.
- Atualizações das informações sociais, econômicas e ambientais das 12 Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso.
- Elaboração e divulgação do PIB trimestral do estado de Mato Grosso referente aos 3 setores



da economia (setor primário, secundário e terciário).

- Disponibilização do ICQV Índice de Condições e Qualidade de Vida da população do estado de Mato Grosso e municípios.
- Zoneamento Sócioeconomico e Ecológico de Mato Grosso referente ao ano 2018,
 elaborado e encaminhado à Assembleia Legislativa de MT para aprovação.
- Manutenção das atividades de acompanhamento da Caravana da Transformação.
- Validação metodologia e modelo de atuação da equipe da Coordenadoria de Projetos
 Prioritários; início de piloto de implementação da nova metodologia.
- Implementação em 2017 de iniciativas para fortalecimento da integração com as unidades setoriais de planejamento, com a realização de fórum, pesquisas, visitas técnicas, disponibilização de material orientativo, além de reformulação do processo de atendimento aos NGERs, por meio da implementação e manutenção de Consultoria Setorial para os processos de planejamento e gestão.
- A partir de 2015 foi implementado o processo de monitoramento das ações prioritárias, tendo sido consolidados os relatórios do exercício de 2016 e encontram-se em consolidação os relatórios referentes ao exercício de 2017. O processo de revisão do planejamento de médio prazo ocorre também anualmente, conforme previsão da Lei do PPA 2016-2019. No tocante ao planejamento de curto prazo, a partir de 2017 foi desenvolvido o processo de atualização do PTA, por meio da ferramenta PTA Gerencial.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Reestruturação do modelo de Governança da TI.
- Institucionalização da política de TI do Governo do Estado de Mato Grosso.
- Implementação de controles mais eficientes para a principal atividade econômica do Estado, nos segmentos de gestão animal, vegetal, revendas, produtor e madeiras com o Novo SINDESA—Sistema Informatizado de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso.
- Estruturação da plataforma de serviços digitais, possibilitando ao cidadão mais facilidade e agilidade no acesso aos serviços de Governo, com a disponibilização de 73 serviços digitais (e-serviços) no Aplicativo MT Cidadão.
- Disponibilização de ponto único de acesso às informações e serviços do Governo, com o desenvolvimento do Portal do Estado (www.mt.gov.br), integrando mais de 40 órgãos do Governo.
- Atendimento à Lei de Acesso à Informação com o desenvolvimento e implantação do Portal de Transparência do Governo de MT e do suporte ao desenvolvimento do Mira Cidadão, que facilita o acompanhamento e a fiscalização das despesas públicas do Poder Executivo do Estado.
- Redução do tempo de atendimento ao cidadão e facilidade no acesso aos serviços de veículos e condutores, através dos projetos de Vistoria Eletrônica Digital de Veículos, Renovação Digital de CNH,



Agendamento Eletrônico de Vistoria de Veículos, Serviços de Mensageria SMS e Push, Prova Teórica e Eletrônica para o DETRAN, tanto em plataforma de Serviços Digitais como de Autoatendimento (Totem).

- Melhoria na gestão do trânsito com a implantação e expansão do projeto de Talonário
 Eletrônico aos demais municípios do Estado (Projeto premiado no 21º Concurso Inovação no Setor
 Público, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), na categoria Inovação em Processos
 Organizacionais Serviços ou Políticas Públicas no Poder Executivo Estadual/Distrital.)
- Agilidade e eficiência na disponibilização de recursos tecnológicos para os serviços do Governo com a implantação da infraestrutura de Nuvem Privada, proporcionando um ambiente padrão e com escalabilidade de processamento e armazenamento de dados.
- Elaboração de projeto que implantará infraestrutura de redes, INFOVIA 2.0, para integrar todos os municípios do Estado, construindo uma estrada digital de alta velocidade, qualidade e segurança, possibilitando o desenvolvimento nos municípios do Estado.
- Efetivação do programa de inclusão digital do Governo com a implantação do Conecta Mato
 Grosso, que disponibilizou acesso livre à Internet em espaços públicos do Estado (Parques Estaduais e
 Arena Pantanal).

GESTÃO

- Trabalho técnico desenvolvido pela Secretaria de Gestão para atualização do decreto de aquisições alterando o modelo centralizado com normas ultrapassadas para um modelo descentralizado e didático conforme se pode observar no Decreto 840/2017.
- Redesenho do modelo de contratação e gestão de forma descentralizada do serviço de fornecimento de combustível. O maior êxito foi sair de um processo licitatório que até 2014 contava com a participação de apenas 02 empresas para um processo eletrônico com a participação de 07 empresas.
- Novo decreto de aquisições de forma a abranger todas as alterações necessárias por meio de uma integração entre as Secretarias de Gestão, Controladoria Geral e Procuradoria Geral;
- Estruturação de Política para o preenchimento das informações nos sistemas corporativos de aquisições e de contratos com vistas a atender a Lei de Acesso a Informação e o Portal Transparência.
- Aprimoramento do sistema de recadastramento.
- Implementação do Novo SEAP e do E-Social.
- Capacitações continuadas ofertadas na Escola de Governo.
- Parceria com a Secretaria de Fazenda e a Secretaria de Gestão, utilizando recursos do
 Profisco, no intuito de atuar para uma melhoria na qualidade dos gastos, contratação da Enappara



ministrar capacitações voltados para a área de licitações e contratos com cursos presenciais e em EAD.

- Firmado Termo de Convênio de Integração de Perícias Médicas do Estado e dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, com o fim de controle de concessão de licenças médicas simultâneas, no caso de acumulação lícita de cargos públicos.
- Definição de indicadores de produtividade por macroprocessos de gestão depessoas.
- Definição, levantamento, ´planejamento e execução de um trabalho técnico de construção da integração do sistema corporativo de contratos com o sistema corporativo financeiro do Estado, permitindo com esta integração um controle efetivo dos gastos contratados e da execução financeira;
- Mudança da política da Gestão para execução do pregão de maneira eletrônica trazendo mais competitividade e ganhos reais nos resultados alcançados.
- Nomeação de servidores efetivos em mais de 73% dos cargos comissionados;
- Projeto elaborado de Avaliação de Desempenho com foco em gestão por competências.
- Projeto da Academia de novos lideres
- Modernização do Portal de Aquisição integrando o banco de dados com o portal transparência de forma a atualizar as informações automaticamente.
- Implantação do novo modelo de gestão de frotas e combustível, refletidos em uma redução de até
 6 milhões de litros em combustível
- Foram realizadas aproximadamente 14.900 capacitações.
- Termo de Cooperação realizado com o Ministério Público para oferecimento de perícia médica oficial, no caso de concessão de aposentadoria e nomeação em concurso público.

PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

- Reestruturação da MT PAR assegurando maior participação do setor privado na disponibilização de equipamentos públicos e prestação de serviços nas mais diversas áreas de governo (meio ambiente, inclusão social, saúde, educação, infraestrutura de transportes, tecnologia da informação...), buscando com isso meios alternativos de financiamento de políticas públicas com sustentabilidade fiscal para o Estado e os Municípios.
- Entre os anos de 2015 e 2017, o Estado de Mato Grosso recebeu da iniciativa privada (sem contrapartida financeira pública) aproximadamente R\$ 12,7 milhões em estudos e modelagem de projetos de concessão e parcerias, por meio de procedimentos de manifestação de interesse, conforme quadro detalhado abaixo:

2017



	PROJETO	VALOR ESTUDO	ORIGEM DO RECURSO
	PPP GANHA TEMPO	R\$ 817.512,49	PRIVADO
	PPP ESCOLAS	R\$ 4,4 MILHÕES	PRIVADO
	MIP PERMIAN	R\$ 3 MILHÕES	PRIVADO
	MIP INFOVIA	R\$ 2,5 MILHÕES	PRIVADO
	MIP ALTHELIA	R\$ 543.000,00	PRIVADO
	MIP ARENA	R\$ 1,5 MILHÕES	PRIVADO

Estudos e Modelos de Gestão (PPP):

Ganha Tempo: primeiro contrato de Parceria Público-Privada (PPP) firmado pelo Estado para oferta de serviços públicos ao cidadão em unidades de atendimento integrado

Produtos: construção, reforma, adaptação, gestão, manutenção e operação de 7 unidades de serviços públicos nos Municípios de Cuiabá, Sinop, Rondonópolis, Várzea Grande, Cáceres, Barra do Garças e Lucas do Rio Verde.

• R\$ 22 milhões investidos pelo setor privado para construção e instalação das Unidades.

Pró-Estradas Concessões - Rodovias (Lote 1): O Pró-Estradas Concessões é um programada Secretaria de Estado de Infraestrutura (SINFRA) para construção de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária dos trechos de rodovias estaduais de Mato Grosso.

- 524,90 km de rodovias para concessão no Fase 1;
- Municípios contemplados: Alto Taquari, Alto Araguaia, Nova Santa Helena, Colíder, Nova Canaã do Norte, Carlinda, Alta Floresta, Barra do Bugres, Nova Olímpia, Tangará da Serra.
- Dois trechos (Alto Araguaia e Alta Floresta) foram licitados na sede da B3, localizada na rua XV de novembro, 275, em São Paulo SP, no dia 28/02/2018 e receberam proposta dos consórcios
 PLANOVA PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES S.A. CNPJ: 47.383.971/0001-71 e CONSÓRCIO VIA
 BRASIL, representada pela empresa líder CONASA INFRAESTRUTURA S.A. CNPJ: 08.837.556/0001-49. O
 CONSÓRCIO VIA BRASIL foi o licitante vencedor do certame.

Complexo Turístico Salgadeira: Projeto que visa a operação, manutenção, conservação, fiscalização,



segurança e exploração comercial do Complexo de Turismo Social e Lazer da Salgadeira, localizada no município de Cuiabá.

Conecta MT: Oferta de Wi-Fi Livre em Espaços Públicos – praças, parques urbanos, etc. por meio de chamamento público:

- Lote 1: Três (03) Parques Estaduais Urbanos em Cuiabá Mãe Bonifácia, Zé Bolo Flô e Massairo
 Okamura.
- Lote 2 Arena Pantanal, sendo que o Contrato foi assinado em 19 de junho de 2018.

Gestão do Patrimônio do Estado: projeto de identificação de imóveis de propriedade do Governo do Estado de Mato Grosso visando catalogação de banco de matrículas, realização de serviços de levantamento topográfico georeferenciados, implementação de Plano de Regularização e apoio a implementação de plano de Investimento Imobiliário do Estado de Mato Grosso.

Manifestação de Interesse privado para a realização de estudos e modelagem: Arena Pantanal,
 Manutenção de Unidades de Conservação, Plataforma de Comercialização de Ativos Ambientais,
 Parque Estadual de Águas Quentes, Veículo Leve sobre Trilhos, INFOVIA, Unidades Prisionais.

ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Mato Grosso tem vocação nata para Relações Internacionais dada a sua localização geográfica, a importância do meio ambiente e a característica única de possuir três Biomas. Entretanto não havia estrutura adequada que desenvolvesse essa política definindo o seu enfoque e promovendo qualificadas políticas de Estado. Da mesma forma não havia a identificação dos investimentos estrangeiros nas diferentes Secretarias de Estado de modo a viabilizar análises das políticas implementadas, se os recursos investidos resultaram em melhor qualidade das políticas e serviços ofertados

O Núcleo de Assuntos Internacionais foi criado com o objetivo de acompanhar, apoiar, desenvolver políticas púbicas e elaborar projetos voltados a promover a internacionalização do Estado de Mato Grosso atuando em articulação com as Secretarias de Estado e junto a entidades civis parceiras.

Dentre as ações realizadas se destacam:

- Parceria com órgãos da ONU para promover Economia Verde no Estado com aporte até 2020 de cerca de USD1,3 milhões (participam outros órgãos de Governo).
- Receptivo a94 delegações estrangeiras (representantes diplomáticos, entidades acadêmicas e do setor econômico); 26 parcerias com instituições de ensino, embaixadas, fundos internacionais, organizações não



governamentais, agências das Nações Unidas, bancos de fomento e investimento internacionais;

- Organização e participação em 11 Missões Internacionais assessorando o Governador e Comitiva;
- Participação de 28 servidores públicos em 6 seminários (Infraestrutura, Empreendedorismo, Cultura e Língua Chinesa, Negócios, etc.) na China;
- Oferta de capacitação para 350 professores da rede estadual em inglês em parceria com Embaixada
 Britânica e apoio da Pearson Programa MT no Mundo (parceria com Seduc);
- Parceria Para Economia Verde Page recursos até 2020 da ordem de USD 1,2 milhões.
- Apoio a parceria e Projetos nas áreas de Meio Ambiente AltheliaePermian Global cerca de USD 22 milhões em apoio à as ações da Sema.

CARAVANA DA TRANSFORMAÇÃO

A **Caravana da Transformação** é um Programa criado nesta gestão, oriunda da percepção que alguns serviços essenciais prestados pelo Estado não estavam atingindo uma categoria particular da sociedade, os idosos, que não poderiam ser deixados para trás. Dessa forma, foi composta de ações emergenciais e estratégicas, de caráter itinerante, pautada em dois vieses: saúde e cidadania.

Foram 14 (quatorze) edições realizadas no período de três anos (2016, 2017 e 2018), ocasião em que foram ofertados produtos e serviços afins de órgãos da administração direta e indireta, além de parceiros das áreas públicas e privada, notadamente os municípios. Criou-se uma ação que significou o "Estado Sobre Rodas", ou um "Ganha Tempo Itinerante".

Na área de saúde ofertou-se tratamento oftalmológico que incluía cirurgias de catarata, yag laser e pterígio, posto que essa especialidade médica representa a maior "fila" de espera do SUS, por significar o atendimento de uma população de faixa etária elevada e que predominantemente está fora da prioridade dos atendimentos do Sistema Único de Saúde. Além disso, Oftalmologia é uma especialidade cujos profissionais se concentram no entorno da capital inexistindo atendimento médico em vários municípios do interior. A Caravana representa uma atividade suplementar, já que a atividade estruturante da Saúde do Estado é desenvolvida pela Secretaria Estadual de Saúde.

A Caravana significou ainda a oportunidade dos gestores públicos revisitarem, in loco, as ações de suas pastas em um Estado de dimensões continentais, aproximando-se dos cidadãos do interior de Mato Grosso, além de integrar diferentes políticas e serviços, promovendo atendimento integrado ao cidadão. A Caravana da Transformação representou, além da oferta de serviços públicos de saúde aqueles de cidadania com a emissão de documentos fundamentais como a Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, CPF.

Um dos aspectos mais destacados da Caravana foi o seu atendimento humanizado, fruto do treinamento dado pela Defesa Civil do Estado e da equipe de voluntários.

A Caravana da Transformação implica na transversalidade de atuação administrativa, com o desafio de



desenvolvê-la com competência e transparência.

Os diversos servidores públicos atuando em conjunto significou integração de diversos órgãos, como parceiros externos, privados, Poder Judiciário e/ou órgãos da administração federal, como o Ministério do Trabalho em Emprego e Exército Brasileiro.

Houve êxito na prestação desses serviços públicos, ao final de 14 (quatorze) edições, com todas as regiões de saúde do Estado visitadas, atendidos os 141 (cento e quarenta e um) municípios, alcançamos os seguintes números:

- 88.171 mato-grossenses foram consultados;
- 52.332 olhos se submeteram à cirurgia de catarata;
- 8.237 olhos passaram por cirurgia de pterígio;
- 5.840 olhos submeteram-se àYag Laser;
- 350.978 atendimentos de cidadania.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

PLANEJAMENTO

• Criar e implantar um Núcleo de Governança Estratégica com a finalidade de facilitar a implantação de uma nova governança governamental que permita o diálogo permanente entre as ações e programas planejados nos Eixos Estruturantes "Viver Bem", "Educar para Transformar", "Cidades para Viver Bem – Municípios Sustentáveis", "Estado Parceiro e Empreendedor" e "Gestão Eficiente, Transparente e Integrada".

A nova governança será baseada nos seguintes valores:

- Promoção da transparência e controle.
- Participação do cidadão e da sociedade civil.
- Construção colaborativa e em rede, considerando as regiões mato-grossenses.
- Fomento à eficiência pública.
- Inclusão e equidade para todos os cidadãos do Estado.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Projeto INFOVIA-2.0 Interligar o Estado através de fibra ótica, disponibilizando internet de alta velocidade em todos municípios de Mato Grosso.
- Projeto Serviços Digitais ampliar a prestação de serviços por meio de canais digitais, promovendo o autosserviço.

- Projeto Interoperabilidade Disponibilizar ambiente capaz de interoperar os diversos sistemas e bases de dados do Estado integrando a prestação de serviços ofertados por diversos órgãos de forma segura, transparente e ágil.
- Implantação da infraestrutura corporativa de armazenamento e processamento de dados. Ambiente que suportará a prestação de serviços digitais com qualidade.

GESTÃO

- Implementação da Avaliação de Desempenho com foco em gestão por competências.
- Implantação do processo eletrônico de documentos, com prioridade nos produtos da área de gestão de pessoas;
- Ampliação dos serviços do Portal do Servidor, com controle de frequência automático, controle de férias, controle de licenças-prêmio e recadastramento;
- Continuidade no projeto de Academia de Novos Líderes;
- Continuidade de implementação do novo SEAP e do E-Social pela MTI, com efetiva gestão de TIC.
- Programa de gestão patrimonial mobiliário e imobiliário mais efetiva com aplicação de recursos para ampliação e desenvolvimento do sistema informatizado para uma base consolidada e real do patrimônio do Estado:
- Instituição de um calendário de aquisições a ser lançado definindo as fases e datas das aquisições corporativas permitindo um plano de compras organizado;
- Integração à Rede Nacional de compras públicas atuando de forma colaborativa e integradora com as políticas de compras no âmbito nacional, bem como atuando por parcerias com os órgãos de controle, interno e externo, para uma integração de um catálogo único de especificação e padronização de processos e procedimentos, servindo de apoio e interligação para os municípios que também aderirem ao programa;
- Interligação dos sistemas corporativos informatizados de aquisições e contratos com os órgãos de controle, a exemplo do Aplic do TCE, permitindo uma alimentação de dados mais efetiva e imediata;
- Desenvolvimento de uma política de ampliação da Educação Corporativa, utilizando a Escola de Governo principalmente na modalidade de Educação a Distância, com o desenvolvimento de matrizes de capacitações construídas após o levantamento das competências necessárias para às áreas.

PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

• Efetivação das PPPs que já estão em processo de modelagem e prospecção de novos projetos.

ASSUNTOS INTERNACIONAIS



• Fortalecer a gestão das Relações Internacionais para que se promova de forma adequada a integração das secretarias e órgãos na condução dessa política.

CARAVANA DA TRANSFORMAÇÃO

A Caravana da Transformação é um projeto que terá continuidade com o acréscimo de outros serviços, a partir da percepção das demandas em cada região do Estado. Desse modo poderemos tratar, além de serviços de saúde, de empreendedorismo, inovação e outros temas que possam se transformar em oportunidades de promover o desenvolvimento.

Entre os novos objetivos da "Nova Caravana" está também o atendimento de alunos da rede pública estadual, oferecendo serviços de oftalmologia e otorrinolaringologia, inclusive com o oferecimento dos óculos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano foi construído tendo como balizadores os compromissos firmados no nosso Plano de Governo anterior, junto a um detalhado levantamento do contexto sócio-político-econômico que vivenciamos, das propostas que foram cumpridas, bem como das que ainda estão em andamento, e que serão levadas adiante em um novo cenário.

Foi desenvolvido com a colaboração de profissionais do mercado, agentes políticos, servidores públicos, conhecedores da gestão do Estado e das diversas entidades que compõem este gigante que é Mato Grosso. Pessoas que querem construir um Estado melhor a cada dia.

Com base nisso, novas propostas foram formuladas sob a óptica das necessidades identificadas durante a gestão, e que exigiram desdobramentos afim de melhorar e ampliar a oferta de serviços e políticas públicas ao cidadão mato-grossense.

Entretanto, esta não é uma obra pronta e acabada. É um referencial de onde estávamos, onde chegamos, e onde ainda queremos chegar. É também um norte para que possamos trilhar esses caminhos de forma clara, segura e eficaz, estando aberta para a contribuições que possam vir a enriquecê-la, ouvindo a população, as instituições e os partidos políticos que formam a nossa coligação e construindo - juntos - o caminho para que Mato Grosso possa **Seguir em Frente**.

Pra sequir frente

Pra sequir frente